

Novo partido

Bolsonaro: coleta de assinaturas será manual

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que "pelo jeito" a coleta de assinaturas necessárias para criação do Aliança pelo Brasil terá de ser feita manualmente. Segundo Bolsonaro, por este método será muito difícil concluir o processo de criação da sigla até o final de março, ou seja, a tempo de lançar candidatos para as eleições municipais de 2020. São necessárias cerca de 500 mil assinaturas válidas para tirar do papel o "Aliança", sigla conservadora, que defende Deus, armas e oposição a movimentos de esquerda, presidida por Bolsonaro e com forte presença de seus filhos. **PÁGINA 3**

Propina

Nova ação da Lava Jato investiga a Maersk

A força-tarefa da Lava Jato do Paraná estima que houve pagamento de ao menos US\$ 3.402.941,58 em propinas envolvendo contratos de R\$ 592 milhões celebrados entre a Petrobras e a Maersk para locação de navios. A empresa dinamarquesa foi um dos alvos da etapa 70 da Lava Jato, desencadeada ontem para investigar crimes de corrupção, formação de organização criminosa e lavagem de dinheiro relacionados a contratos de afretamento da Petrobras. A operação apura o fornecimento de informações privilegiadas às empresas em troca do pagamento de propina a funcionários da Petrobras. Somados, os valores dos contratos ultrapassam R\$ 6 bilhões. **PÁGINA 3**

Santander

CVM aprova acordo de R\$ 4,795 milhões

A Comissão de Valores (CVM) aprovou uma proposta de termo de compromisso no total de R\$ 4,795 milhões do Banco Santander, Santander DTVM e seis diretores das duas instituições. No acordo, caberá à Santander DTVM o pagamento de R\$ 2,864 milhões. Quatro de seus diretores também se comprometeram no acordo: Luciano Camargo (R\$ 296.408,60), Marcio Nobrega (R\$ 277.161,29), Roberto Barbuti (R\$ 88.537,63) e Marcio Ferreira (R\$ 53.892,47). O processo começou a partir de uma supervisão de rotina. A CVM identificou a existência de um elevado número de problemas relacionados ao envio de demonstrações financeiras semestrais. **PÁGINA 7**

A Câmara dos Deputados e o Senado têm propostas diferentes para disciplinar a questão

Comissão mista vai analisar texto da reforma tributária

Alcolumbre disse que a ideia é unir as propostas sobre o tema que tramitam na Câmara, no Senado e no governo e apresentar uma proposta conciliatória no primeiro semestre



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) anunciou a criação de uma comissão mista para analisar a reforma tributária. A comissão será instalada hoje e terá 90 dias de duração, funcionando, inclusive, durante o recesso parlamentar. A comissão mista é formada por 15 deputados federais e 15 senadores. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que também estava no encontro, disse que a intenção é que a reforma tributária seja aprovada ainda no primeiro semestre. "A criação da comissão mista é im-

portante para termos um texto logo após carnaval. É importante termos ainda no primeiro semestre um novo sistema tributário", afirmou. Segundo Alcolumbre, a ideia na comissão é conciliar as propostas sobre o tema que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado e as ideias do governo. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que a volta de um imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não está descartada. Ele ponderou, no entanto, que essa opção não entrará logo em discussão. **PÁGINA 6**

Fiat Chrysler e dona da Peugeot e Citroën anunciam acordo de fusão

O grupo ítalo-americano Fiat Chrysler e o francês PSA, controlador das marcas Peugeot e Citroën, assinaram um acordo vinculativo para avançar com a fusão entre as companhias. A nova entidade, com mais de 400 mil funcionários, terá faturamento de quase 170 bilhões de euros

e vendas anuais de 8,7 milhões de veículos, com as marcas Fiat, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS, Jeep, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot e Vauxhall. No Brasil, o grupo combinado deve ultrapassar General Motors e Volkswagen em vendas de veículos. **PÁGINA 6**

Número de pedidos de patentes de tecnologias subiu na última década

O número de pedidos de patentes de tecnologias da Indústria 4.0 no Brasil tem aumentado ao longo da última década. De acordo com o levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 2008, o Brasil registrou 1.202 depósitos de patentes de invenções relacionadas às tecno-

logias da Indústria 4.0, o que representa 5% do total de 23.170 pedidos feitos naquele ano. Para o gerente executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves, o crescimento no número de pedidos de patentes relacionadas à Indústria 4.0 reflete uma tendência mundial. **PÁGINA 8**

Joias de ouro

Vivara pretende abrir 50 lojas em 2020



Empresa quer aumentar sua presença em shoppings dos atuais 33% para 70% até 2024

PÁGINA 8

Redução dos salários

Governo espera votar PEC emergencial até fim de março no plenário do Senado

O governo espera aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial até o fim de março no Senado. A proposta prevê gatilhos como a redução de salários e jornada de trabalho em 25% quando a União descumprir a regra de ouro - que proíbe o governo de contratar dívida para bancar despesas correntes, como salários e benefícios - e quando Estados e municípios gastarem 95% da arrecadação. Dentro do pacote do ministro da Economia, Paulo



Guedes, a PEC emergencial é a mais polêmica no Congresso. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que a PEC da desvinculação dos fundos será votada no plenário da Casa em fevereiro, logo na volta do recesso. **PÁGINA 6**

Sindicatos perderam 1,5 milhão de associados por causa das reformas

O ano de 2018 teve a mais intensa queda dos últimos seis anos no número de associados a sindicatos, mostra pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o instituto, mesmo com o aumento de cerca de 1,3 milhão

na população ocupada, os sindicatos perderam mais de 1,5 milhão de associados no ano passado. A analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy diz que diferentes fatores vêm puxando essa queda. **PÁGINA 6**

IBOVESPA: 112.615,66 ↑ 0,64%

BOLSAS NO MUNDO

Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				FECHAMENTO		
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.			%
CIELO ON NM	8.79	+5.52%	+0.46	B2W DIGITAL ON NM	64.28	-3.40%	-2.26	INTERMEDICA ON NM	63.00	+2.29%	+1.41	DOW JONES	28.267,16	+0,11%
B3 ON NM	47.79	+3.40%	+1.57	BRF SA ON NM	33.63	-3.20%	-1.11	PETROBRAS PN N2	29.85	+1.50%	+0.44	S&P 500	3.192,52	+0,03%
ULTRAPAR ON NM	23.00	+2.54%	+0.57	NATURA ON NM	36.86	-3.00%	-1.14	VIAVAREJO ON NM	10.99	-2.31%	-0.26	NASDAQ	8.823,36	+0,10%
PETROBRAS BRON NM	29.20	+2.46%	+0.70	MAGAZ LUIZA ON NM	47.88	-2.88%	-1.42	VALE ON NM	53.42	+0.15%	+0.08	FTSE 100	7.525,28	+0,08%
INTERMEDICA ON NM	63.00	+2.29%	+1.41	GOL PN N2	35.33	-2.75%	-1.00	BRADESCO PN N1	34.82	+1.84%	+0.63	DAX 30	13.287,83	-0,89%
												IBEX 35	9.615,90	-0,67%

DÓLAR COMERCIAL		DÓLAR PTAX		EURO		LIBRA		OURO	
COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	BM&FBovespa/grama	Comex NY/onça
4,0641	4,0646			4,5380	4,5394	5,3439	5,3463	R\$ 199,50	US\$ 1.474,00
	↑ 0,06%		↓ 0,28%		↓ 0,12%		↓ 1,74%		

VIOLÊNCIA

Bachelet alerta para incorporação de milícia às Forças Armadas da Venezuela

Comissária da ONU está preocupada com apelos de autoridades para que continuem a armar as milícias

Alta comissária da Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ONU), Michelle Bachelet, apresentou ontem um novo relatório sobre a situação na Venezuela. Entre os temas abordados estão a liberação de presos políticos, a falha no acesso à saúde e educação, os altos índices de violência e a preocupação com uma possível incorporação das milícias às Forças Armadas nacionais.

A alta comissária da ONU, em sua apresentação ontem, em Bruxelas, demonstrou preocupação com apelos de altas autoridades venezuelanas para que continuem a armar as milícias, bem como a apresentação, no Congresso, de um projeto de lei que fortalece e incorpora esses grupos às Forças Armadas Nacionais da Bolívia.

Bachelet afirmou ainda que membros de sua equipe fizeram visitas a nove centros de detenção e entrevistaram, de maneira confidencial, mais de 70 pessoas privadas de liber-

dade. Foram detectados 118 casos (109 homens e nove mulheres) que requerem uma resposta urgente por motivos de saúde, atrasos em processos judiciais e demora na liberação de pessoas que já cumpriram suas penas.

“Destaco a liberação em setembro e outubro de 28 pessoas (24 homens e quatro mulheres) privadas de liberdade por motivos políticos e exorto as autoridades a liberar incondicionalmente todas as pessoas detidas por motivos políticos, inclusive militares. Reitero meu pedido para que se continue dando cumprimento às orientações do grupo de trabalho sobre detenções arbitrárias”, afirmou Bachelet.

Bachelet relatou atos de assédio, ameaças e detenções pelos serviços de inteligência e forças de segurança, além de outros casos de restrição das liberdades públicas que “limitam o espaço cívico-democrático”, como a detenção de jornalistas.

Em relação à situação eco-

nômica e social, a alta comissária da ONU afirmou que a crise continua afetando os direitos dos venezuelanos. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 2019, a economia do país sofreu uma contração de 25,5%, atingindo uma perda acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) de 62,2% desde 2013.

“Embora nos últimos meses tenha havido melhora no suprimento de alimentos, apenas a minoria da população com acesso a divisas estrangeiras pode cobrir regularmente os altos preços dos alimentos devido à hiperinflação e à dolarização de fato da economia”, relata Bachellet, acrescentando que o salário mínimo no país cobre apenas 3,5% da cesta básica.

Na apresentação, feita ontem em Bruxelas, Bachelet disse que sua equipe visitou a cidade de Maracaibo, onde verificou longas filas para comprar combustível, em meio a prolongados e repetidos cortes de

eletricidade, que também afetam o abastecimento de água. “Os direitos à saúde e educação também foram afetados, principalmente devido à falta de pessoal, infraestrutura precária e falta de insumos”.

Segundo Bachelet, durante o mês de novembro, a Cáritas informou que, nas paróquias mais pobres de 19 estados do país, 11,9% das crianças apresentam sinais de desnutrição aguda – um aumento de 56% em relação a 2018 – e que 32,6% têm atrasos de crescimento. A Cáritas também relatou que 48,5% das gestantes atendidas apresentam deficiências nutricionais.

Diante da ausência de dados oficiais atualizados e públicos, o Observatório Venezuelano da Violência estimou uma taxa de 60,3 homicídios violentos por 100 mil habitantes de janeiro a novembro de 2019. Embora tenha havido uma redução em relação a 2018, o número segue sendo um dos mais altos da região.

“Reitero minha preocupação com os níveis de violência que nos últimos meses também

impactaram os líderes políticos locais, como ilustrado pelos assassinatos do ex-vereador da oposição Edmundo “Pipo” RadaAngulo e do ex-governador oficialista Johnny Yáñez Rangel. De agosto até ontem, meu escritório documentou alegações de supostas execuções extrajudiciais por membros das Forças de Ações Especiais (Faes), principalmente contra jovens, no contexto de operações de segurança em favelas.”

Bachelet afirmou ainda que vê com preocupação altos índices de violência e a presença de grupos armados irregulares envolvidos em exploração ilegal de recursos naturais.

A Plataforma de Coordenação das Nações Unidas para Refugiados e Migrantes da Venezuela estima que 4,7 milhões de venezuelanos deixaram o país e projeta que esse número chegará a 6,5 milhões no final de 2020.

“Estou preocupada com o aumento da migração irregular devido, por um lado, às maiores exigências de entrada em

alguns países de trânsito e destino, mas também pelas dificuldades que o povo venezuelano enfrenta na obtenção de sua documentação de viagem. Recentemente, as autoridades venezuelanas aumentaram o custo da emissão de passaportes em 70%, um custo equivalente a 54 salários mínimos. O uso de rotas mais perigosas e a exposição ao tráfico de pessoas aumentaram”, afirmou.

Michelle Bachelet demonstrou preocupação com o processo eleitoral de 2020. “É crucial garantir as liberdades públicas que são fundamentais para criar as condições necessárias para eleições livres, imparciais, credíveis, transparentes e pacíficas. A esse respeito, estou preocupada com a retirada da imunidade de cinco deputados da oposição, aumentando o total para 30 deputados privados de imunidade, bem como com atos de assédio contra representantes da oposição, incluindo o presidente da Assembleia Nacional”, afirmou a alta comissária da ONU.

ABUSO DE PODER

Câmara dos Representantes dos EUA se reúne para debater o impeachment de Donald Trump

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos se reuniu ontem para debater o impeachment do presidente Donald Trump. É a terceira vez que isto ocorre na história americana. O Partido Democrata está citando dois artigos constitucionais de impeachment acusando o presidente Trump de abuso de poder e obstrução do Congresso.

Em sentido oposto, os republicanos estão tentando bloquear o processo de impeachment. Os democratas afirmam que Trump cometeu crimes e contravenções pressionando a Ucrânia a divulgar dados comprometedores sobre os rivais democratas para ajudar sua campanha de reeleição. Em resposta, os republicanos argumentam

que a maioria dos democratas estava envolvida em uma “caça às bruxas” contra um presidente que temem não poder derrotar.

Em uma carta na terça-feira, a presidente da Câmara, Nancy Pelosi, convidou todos os membros democratas a estarem presentes na Casa, para debater os artigos constitucionais no que ela cha-

mou de “momento de oração na história de nossa nação”.

Na véspera da votação decisiva que poderá deixar Donald Trump no caminho da impugnação, o presidente Trump enviou carta a Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes, na qual acusa os democratas no Congresso de terem declarado “guerra contra a democracia”.

“Escrevo esta carta à senhora Nancy Pelosi, para que fique na história e para registrar permanentemente os meus pensamentos. Daqui a 100 anos, quando as pessoas olharem para este caso, quero que o percebam e que aprendam com ele, para que nunca mais aconteça com outro presidente”, explicou Donald Trump.

Ao longo de seis páginas carregadas de críticas e acusações, o presidente Trump escreve que os responsáveis pelo processo de impeachment violaram os seus juramentos, quebraram a lealdade para com a Constituição e usaram de forma leviana o termo “destituição”, palavra que considera “muito feia”.

Mtel Tecnologia S.A.
CNPJ/MF 17.738.132/0001-63 - NIRE 35.300.394.534
Edital de Convocação
Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantias Adicionais Real e Fiduciária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Mtel Tecnologia S.A. ficam convocados os titulares de debêntures da emissão em referência para se reunirem em primeira convocação no dia 27/12/2019, às 10h (AGD), na Alameda Rio Negro, 500, 21º andar, Torre 2, Barueri - SP, 06454-000, a fim de deliberar sobre a seguinte matéria: aprovação do desbloqueio das Contas Vinculadas e liberação dos respectivos saldos nelas existentes em favor da Companhia, da Mtel Soluções S.A. e da Mtel Telecomunicações S.A., nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e seus aditamentos, celebrado em 07/01/2015 entre as empresas acima descritas, o Agente de Garantias, o Banco Administrador, os Bancos Centralizadores e os Credores, e do Contrato de Compartilhamento e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, e seus aditamentos, e a consequente autorização ao Agente Fiduciário para realizar a comunicação ao Banco Administrador (Itaú) para operacionalizar referidos desbloqueio e liberação. Disclaimer: Os termos definidos utilizados que não estiverem definidos neste edital constam do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Compartilhamento e Outras Avenças supracitados. Os documentos de representação, deverão ser entregues no momento da realização da Assembleia, ou pode ser antecipada a entrega no endereço do Agente Fiduciário na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, São Paulo/SP e no endereço eletrônico fiduciario@planner.com.br, com pelo menos 48h de antecedência da data da referida AGD. São Paulo, 18/12/2019. **Planner Trustee DTVM Ltda.**

Interligação Elétrica Aimorés S.A.
CNPJ/MF 26.707.830/0001-47 - NIRE: 35.3.0050992-7
Ata da Reunião da Diretoria, Realizada em 01 de Novembro de 2019
Data, Hora e Local: Realizada no dia 01 de novembro de 2019, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Casa do Ator, no 1.155, 5º andar, conjunto 51, Vila Olímpia, São Paulo - SP. **Presença:** Cumpridas as formalidades de convocação, participaram da reunião o Diretor Administrativo Financeiro Sr. Edwaldo Oliveira Lippe e o Diretor Técnico Sr. Luiz Roberto de Azevedo. Participou, ainda, como convidado o advogado da Companhia Dr. Ricardo Fontes de Arruda. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Edwaldo Oliveira Lippe que indicou o Dr. Ricardo Fontes de Arruda, para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração de endereço da sede da Companhia. **Deliberação:** Foi tomada a seguinte deliberação: (I) A Diretoria, conforme orientação recebida do Conselho de Administração e nos termos do artigo 3º do Estatuto Social aprova, por unanimidade, a alteração da sede da Companhia do endereço da Rua Casa do Ator, nº 1.155, 5º andar, conjunto 51, Bairro Vila Olímpia, município de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04546-004, para o endereço Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 9º andar, conjunto 502, Bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04794-000. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os membros da Diretoria que participaram desta reunião. **Edwaldo Oliveira Lippe** - Diretor Administrativo Financeiro; **Luiz Roberto de Azevedo** - Diretor Técnico e **Ricardo Fontes de Arruda** - Secretário. **JUCESP** nº 61.1803/19-7 em 28/11/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TGMB 027 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
CNPJ/MF nº 08.845.845/0001-90 | NIRE 3523144483-3
Ata da Reunião Extraordinária de Sócios
Data, hora e local: Aos 17/12/2019, às 10:30 horas, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. **Presença e Convocação:** Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Redução do capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos, passando de R\$ 26.626.192,00 para R\$ 19.004.539,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidação do Contrato Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Walter Roberto Plaza Junior, Secretário.

SPE Farol de Touros Energia S.A.
CNPJ/MF nº 10.369.836/0001-11 - NIRE 35.300.360.974
Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os senhores acionistas da SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Companhia"), convocados, na forma prevista no Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, às 10h00 do dia 27 de dezembro de 2019, na sede da Companhia, à Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, cidade de Campinas, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, qual seja, "Contratação do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") e outros assuntos correlatos. Todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia.
Campinas, 18 de dezembro de 2019
Fernando Mano da Silva
Diretor Presidente

Pravaler S.A.
CNPJ/MF nº 04.531.065/0001-14 - NIRE 35.300.320.344
Edital de Convocação
Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária em 27/12/2019, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3064, 14º andar, CEP 01451-000, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, nos termos do artigo 15, parágrafo único, do Estatuto Social e artigo 124, parágrafo segundo, e artigo 135 da Lei 6.404/76, às 11h, em primeira convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a criação de classe de ações preferenciais classe "B", nominativas e sem valor nominal, sem direito de voto, com prioridade no reembolso de capital; (ii) a alteração das características das ações preferenciais da classe "A"; (iii) a inclusão de disposições sobre a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais classe "B" e em ações preferenciais classe "A" e conversão de ações preferenciais classe "A" em ações preferenciais classe "B"; (iv) a conversão de ações de emissão da Companhia; (v) atualização do capital social, em decorrência da emissão de novas ações no âmbito do Plano de Incentivos de Longo Prazo da Companhia; e (vi) a aprovação da reforma e consolidação do estatuto social da Companhia para refletir as matérias da Ordem do Dia acima. São Paulo, 19/12/2019. Ricardo Oliver Mizne, Presidente do Conselho de Administração.

TGMB 077 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
CNPJ nº 09.168.940/0001-69 | NIRE 3523155592-9
Ata da Reunião Extraordinária de Sócios
Data, hora e local: Aos 16/12/2019, às 15:00 horas, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. **Presença e Convocação:** Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Aprovar a redução do capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos, passando de R\$ 18.701.880,00 para R\$ 8.862.932,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidar o Contrato Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Walter Roberto Plaza Junior, Secretário.

TGMB 070 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
CNPJ/MF nº 09.168.940/0001-76 | NIRE 3523175833-1
Ata da Reunião Extraordinária de Sócios
Data, hora e local: Aos 17/12/2019, às 09:00 horas, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. **Presença e Convocação:** Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Redução do capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos, passando de R\$ 14.302.279,00 para R\$ 8.862.932,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidação do Contrato Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Walter Roberto Plaza Junior, Secretário.

Pravaler S.A.
CNPJ/MF nº 04.531.065/0001-14 - NIRE 35.300.320.344
Edital de Convocação
Ficam os Srs. Acionistas titulares de ações preferenciais classe "A" de emissão do Pravaler S.A. convocados a se reunir em Assembleia Especial em 27/12/2019, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3064, 14º andar, CEP 01451-000, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, nos termos do artigo 15, parágrafo único, do Estatuto Social, artigo 124, parágrafo segundo e artigo 135 da Lei 6.404/76, às 10h, em primeira convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: autorizar a aprovação pela assembleia geral extraordinária das seguintes matérias: (i) criação de nova classe de ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, denominada classe "B", a qual terá as seguintes características: (1.1) ausência de direito de voto; e (1.2) prioridade no reembolso de capital; (ii) alteração das características das ações preferenciais da classe "A"; e (iii) inclusão de disposições sobre a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais classe "B" e em ações preferenciais classe "A" e conversão de ações preferenciais classe "A" em ações preferenciais classe "B". São Paulo, 19/12/2019. Ricardo Oliver Mizne, Presidente do Conselho de Administração.

SPE Costa das Dunas Energia S.A.
CNPJ/MF nº 10.401.225/0001-03 - NIRE 35.300.360.966
Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os senhores acionistas da SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Companhia"), convocados, na forma prevista no Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, às 10h30min do dia 27 de dezembro de 2019, na sede da Companhia, à Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, cidade de Campinas, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, qual seja, "Contratação do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") e outros assuntos correlatos. Todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia.
Campinas, 18 de dezembro de 2019
Fernando Mano da Silva
Diretor Presidente

Iempréstimos Tecnologia de Pagamentos S.A.
CNPJ/MF nº 27.818.317/0001-96 - Companhia de Capital Fechado
Convocação
São convocados os Acionistas a se reunirem em AGE a ser realizada na sede da Companhia, em 1ª convocação, dia 27/12/2019, 10h, Rua Funchal, nº 203, 9º, SP/SP, CEP 04551-060, Jardim Paulista, a fim de deliberarem sobre a Ordem do Dia: • Transformação do tipo societário, para sociedade limitada; • Deliberação sobre a administração da sociedade transformada. Os Acionistas poderão ser representados por procuradores com mandato. São Paulo, 13 de dezembro de 2019. **Mário Theodoroviz Isaac - Diretor.**

Wecash Brasil Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 26.001.890/0001-40 - Companhia de Capital Fechado
Convocação
São convocados os Acionistas a se reunirem em AGE a ser realizada na sede da Companhia, em 1ª convocação, dia 27/12/2019, 10h, Rua Funchal, nº 203, 9º, SP/SP, CEP 04551-060, Jardim Paulista, a fim de deliberarem sobre a Ordem do Dia: • Transformação do tipo societário, para sociedade limitada; • Deliberação sobre a administração da sociedade transformada. Os Acionistas poderão ser representados por procuradores com mandato. São Paulo, 13 de dezembro de 2019. **Mário Theodoroviz Isaac - Diretor**

Diário Comercial
Propriedade do Jornal **Diário Comercial** Ltda.
Filiado à:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS
DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA: Bruna Luz
DIRETOR EXECUTIVO: Marcos Luz - marcosluz@diariocomercial.com.br
REDAÇÃO: Henrique Ozelin • henrique.ozelin@diariocomercial.com.br
DIGITAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E TRAT. DE IMAGENS: Flávio Passos • flavio@diariocomercial.com.br - Raquel Passos • raquel@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Luis Valladares • luis@diariocomercial.com.br - SP - Junior Alves • junior@diariocomercial.com.br
SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.
As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.
Acesse nossa edição digital:

ALIANÇA PELO BRASIL

Bolsonaro diz que coleta de assinaturas para novo partido terá que ser manual

A vontade do presidente era realizar uma coleta de assinaturas digitais para a criação da legenda

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que “pelo jeito” a coleta de assinaturas necessárias para criação da Aliança pelo Brasil terá de ser feita manualmente. Segundo Bolsonaro, por este método será muito difícil concluir o processo de criação da sigla até o final de março, ou seja, a tempo de lançar candidatos para as eleições municipais de 2020.

“Pelo jeito vai ter de recolher assinatura no braço. Se for no braço, vai ser difícil de fazer para março o partido. Muito difícil”, disse Bolsonaro a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

A vontade do presidente era realizar uma coleta de assinaturas digitais para a criação de seu partido. Mas o método ainda não é permitido e regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O presidente se desfilou em novembro do PSL, partido pelo qual foi eleito, em meio a disputas internas na legenda.

São necessárias cerca de 500 mil assinaturas válidas para tirar do papel o “Aliança”, sigla con-

servadora, que defende Deus, armas e oposição a movimentos de esquerda, presidida por Bolsonaro e com forte presença de seus filhos.

O presidente disse ainda que, por limites legais, não pode usar canais oficiais para impulsionar a coleta de assinaturas. “Vocês acham que posso usar cadeia de rádio e televisão para o que eu quero. Não posso. Tem uma lei. Não posso ir além do que estou fazendo”, declarou.

Ao falar sobre uso de recursos para campanha eleitoral, Bolsonaro perguntou a seus apoiadores se deve sancionar ou vetar “os R\$ 2 bilhões do fundo partidário”. Ele ouviu, em coro, que deveria vetar o valor.

Não ficou claro, porém, se Bolsonaro se confundiu e queria, na verdade, tratar do “fundo eleitoral” de R\$ 2,054 bilhões aprovado pelo Congresso. O valor é distribuído entre partidos para financiar campanhas eleitorais.

“Vamos supor que seja aprovado. O PT vai ganhar R\$ 200 milhões para fazer campanha no ano que vem. Aquele pessoal do

PSL lá, que mudou de lado, também vai pegar R\$ 200 milhões”, disse Bolsonaro.

Líderes do Centrão chegaram a articular para tentar aumentar o montante para R\$ 3,8 bilhões, mas recuaram diante de sinalizações de que o presidente vetaria um valor maior.

Bolsonaro ainda afirmou aos apoiadores que foi injustamente acusado de abuso de poder econômico pela campanha eleitoral de 2018. “O fundo eleitoral foi no ano retrasado de R\$ 1,7 bilhão. Meu partido, PSL, pegou R\$ 10 milhões disso aí. Não usei nada, fiz uma vaquinha. E eu estou sendo acusado de abuso de poder econômico”, disse.

O Aliança pelo Brasil, partido idealizado pelo presidente, prepara o lançamento de uma campanha com o objetivo de mobilizar um “exercício de aliados” para se “libertar da velha política” e apoiar a fundação da nova sigla. Em vídeo, os apoiadores de Bolsonaro anunciaram que “hoje é o Dia D”, da desfiliação, de “participar da construção de um novo Brasil, que

respeita as suas tradições”.

A menção à “velha política”, ainda que não venha acompanhada de nenhuma referência explícita, remete às desavenças com o deputado federal Luciano Bivar (PE), presidente do PSL, partido pelo qual Bolsonaro foi eleito para a Presidência da República, em 2018.

Na terça-feira, 26 dos 53 deputados federais do PSL entraram com uma ação declaratória de justa causa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para pedir a saída do partido sem a perda dos mandatos. Fazem parte do grupo os deputados Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do presidente; Carla Zambelli e Luiz Philippe de Orleans e Bragança, entre outros.

No vídeo da campanha do “Dia D”, um locutor explica que para apoiar a formação do Aliança pelo Brasil, o eleitor não pode estar filiado a outro partido. A peça indica então uma sequência de procedimentos a serem adotados para que os apoiadores de Bolsonaro consigam se desfiliar da atual sigla e passem a apoiar o Aliança pelo Brasil. O

presidente Jair Bolsonaro já admitiu que ele mesmo pode chefiar o novo partido.

A página oficial do Aliança pelo Brasil (www.aliancapelo-brasil.com.br), conforme destaca o vídeo, informa os procedimentos para a desfiliação, com links para baixar um documento intitulado “Comunicação de desfiliação partidária”. “Clique no link e baixe os documentos que devem ser preenchidos e assinados. Vá à sede do seu partido e formalize a sua desfiliação. Não se esqueça de guardar uma cópia. Apresente a cópia no cartório eleitoral. Seja bem-vindo à família da pátria!”, informa o locutor.

Em uma outra peça informativa, o Aliança pelo Brasil diz: “o Dia D chegou. Acesse aliancapelo-brasil.com.br e veja como se desfiliar do seu antigo partido. Liberte-se!”. Para o final do mês, está previsto o lançamento do “dia A”. “Aliança começa agora”, diz o material obtido pela reportagem.

Em outubro, Jair Bolsonaro chegou a acionar a Procuradoria-Geral da República (PGR) para

pedir o afastamento de Bivar do comando do PSL e a suspensão dos repasses ao partido de recursos públicos do Fundo Partidário. Ao se referir a Bivar, o presidente já disse que o deputado “está queimado para caramba”. No centro da disputa, está um quinhão de R\$ 110 milhões, valor do Fundo Partidário previsto para o PSL só neste ano.

No início deste mês, o TSE admitiu, por 4 a 3, a coleta de assinaturas digitais para a criação de partidos, desde que o tema seja previamente regulamentado pelo próprio TSE e que a Corte desenvolvesse uma ferramenta tecnológica para verificar a autenticidade das assinaturas. Não há previsão de quando isso vai ocorrer.

O Aliança realizou em novembro, em Brasília, seu ato de fundação, exigência legal para que a legenda seja registrada pela Justiça Eleitoral. O evento foi marcado por discursos em defesa de Deus e do uso de armas, além de ataques a movimentos de esquerda e a antigos aliados, como o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC).

CORRUPÇÃO

Lava Jato aponta propinas de US\$ 3,4 mi em contratos da Maersk com a Petrobras

A força-tarefa da Lava Jato do Paraná estima que houve pagamento de ao menos US\$ 3.402.941,58 em propinas envolvendo contratos de R\$ 592 milhões celebrados entre a Petrobras e a Maersk para locação de navios. A empresa dinamarquesa foi um dos alvos da etapa 70 da Lava Jato, desencadeada ontem para investigar crimes de corrupção, formação de organização criminosa e lavagem de dinheiro relacionados a contratos de afretamento da Petrobras.

Além de contratos da Maersk, a ação também investiga acordos intermediados pelos shipbrokers Tide Maritime e Ferchem. A 13ª etapa da Lava Jato deste ano, chamada de Óbolo, realiza buscas nas empresas e nas residências de seus representantes, além de vasculhar os endereços de ex-funcionários da Petrobras.

A operação apura o fornecimento de informações privilegiadas às empresas em troca do pagamento de propina a funcionários da Petrobras. Somados, os valores dos contratos investigados ultrapassam R\$ 6 bilhões.

Com relação a Maersk, o Ministério Público Federal registrou que há evidências de que o armador, por meio de uma empresa intermediária, efetuou pagamentos de propina ao então ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Segundo os investigadores, estão sob suspeita pelo menos 15 contratos de afretamento marítimo vigentes entre 2006 e 2014, no valor total de R\$ 658 milhões.

A investigação tem como base informações prestadas pelo próprio Costa, em delação premiada. A estimativa inicial da Procuradoria, de que houve pagamento de ao menos US\$ 3.402.941,58 no âmbito de 11 contratos dos armados, foi extraída de uma planilha apreendida com o ex-executivo da estatal no estágio inicial das investigações da Lava Jato, em 2014.

Na época, a Polícia Federal havia apontado evidências de pagamento de US\$ 6,2 milhões em propinas, entre 2006 e 2010, por parte de uma empresa supostamente ligada à Maersk.

Segundo a força-tarefa, há evidências de que as informações privilegiadas chegavam à

empresa dinamarquesa por Winderley Gandra. A Procuradoria apontou ainda que Gandra constituiu uma shipbroker, a Gandra Brokerage, para reparar propina a Paulo Roberto Costa. A Maersk teve de contratar uma segunda empresa para realmente realizar os trabalhos, “dobrando seu custo operacional”, diz o MPF.

A Procuradoria também apontou que o então gerente executivo de Logística da Petrobras teria auxiliado Costa no esquema, firmando contratos com a Maersk em situações apontadas como irregulares em apuração interna da Petrobras.

Com relação às contratações de afretamento feitas pela Petrobras com a intermediação dos shipbrokers Tide Maritime e Ferchem, a Lava Jato investiga contratos para além de 2020, em valores superiores a US\$ 100 milhões.

Em nota, a força tarefa destacou provas que basearam as investigações, entre elas mensagens que apontavam envolvimento do ex-tesoureiro do Partido Progressista (PP) João Cláudio Genu no direcionamento de contratos de afretamentos para os armadores representados pela Tide Maritime e pela Ferchem.

Segundo a Procuradoria, tais provas foram encontradas em celular apreendido com João Cláudio Genu na operação Politeia. Os procuradores destacaram uma conversa entre Genu e Gustavo de Sá, empresário da Tide Maritime, que tratava da reestruturação da diretoria de Abastecimento da Petrobras após a saída de Paulo Roberto Costa. Segundo a força-tarefa, Genu disse que Sá poderia ficar tranquilo, pois ele e “Niterói” ficariam bem.

O codinome “Niterói”, segundo a investigação, faz referência a Pedro Blyth, executivo da Ferchem.

A investigação também identificou indícios de que Dalmo Monteiro, então gerente de Afretamentos da Petrobras, atuava em benefício da Ferchem, recomendando a armadores que contratassem a empresa de Pedro e Rodolfo Blyth como shipbroker. O ex-funcionário da Petrobras é réu por suposta lavagem de propinas pagas também no contexto de contratação de navios pela estatal.

BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS
Conselho Deliberativo 2018/2020

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Conselho Deliberativo, no uso de suas atribuições e em conformidade com os artigos 45 e ss., do Estatuto Social do Botafogo de Futebol e Regatas, convoca os Srs. e Sras., associados qüites, maiores de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo de seus direitos estatutários e que tenham ingressado no quadro social até o dia 27 de dezembro de 2018, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no Ginásio Oscar Zelaya, à Avenida Venceslau Brás nº 72, bairro Botafogo, Rio de Janeiro, no próximo dia 27 de dezembro de 2019 (sexta-feira), de 9 às 21 horas, para aprovar, ou não, o seguinte item - já aprovado à unanimidade de votos pelo Conselho Deliberativo na reunião Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019: a) Deliberar sobre nova estrutura societária para assumir o Departamento de Futebol Amador e Profissional, com reestruturação da dívida e cessão de contratos, cotas de participação, direitos de participação nas competições, patrocínios, uso do Estádio Nilton Santos e do Centro de Treinamento, cessão dos contratos de jogadores e demais profissionais do futebol e correspondente autorização para o Conselho Diretor praticar todos os atos necessários a efetivação. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2019. Cordialmente, **Benemérito Edson Alves Junior** - Presidente da Assembleia Geral.

BARRABALL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ/ME 04.051.732/0001-61

RCPJ da Comarca da Capital do Rio de Janeiro 184575

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Sócios. Ficam os senhores sócios da **Barraball Promoções e Eventos Ltda** (“Sociedade”) convocados, na forma dos artigos 1.072 e 1.152, §3º, ambos do Código Civil, para se reunirem em Assembleia Geral de Sócios, a se realizar na Rua Rodrigo Silva, nº 08, sala 902, Centro, RJ/RJ, no dia **07/01/2020, às 16 hs**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) A retirada ou a cessão de quotas sociais, conforme o caso, dos sócios que manifestarem tal interesse; (ii) A alteração do local da sede da sociedade, bem como a extinção de filial, em razão de a sociedade não mais estar estabelecida em tais locais; e (iii) A modificação do Contrato Social, notadamente para a formalização e consolidação das deliberações dos itens 1 e 2 acima, bem como para estabelecimento de novas regras societárias, considerando o novo quadro de sócios. Esclarece-se que, considerando alteração do endereço da sede da sociedade e o fato de a nova sede não estar apta a receber todos os sócios, a Assembleia Geral de Sócios será realizada, em caráter excepcional, no endereço do escritório de advocacia Bucar Marano Advogados Associados, já designado acima. **Sharon Pereira Pontes Cumarú**, Sócia Administradora. RJ, 11/12/2019.

FONTES AGRO PECUÁRIA S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/MF nº 42.465.500/0001-49 - NIRE 33.300.162.569

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação. Ficam convocados os acionistas da companhia a se reunirem no dia 27/12/2019, às 11:00 horas, na sede social, localizada na Rua Aníllio de Carvalho nº 29, sala 903/904, parte, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Ferratificar a deliberação relativa ao item (ii) da Ordem do Dia da AGE da companhia de 22/11/2019, no que diz respeito à correção do número de ações da Itaguay Imobiliária e Participações S.A. que serão objeto de leilão extrajudicial, conforme errata do documento que serviu de base para proposição do preço inicial pela Liquidante, informando-se que tal errata está disponível para ser retirada pelos acionistas na sede da Cia. Rio de Janeiro, 19/11/2019. Onbehalf Auditores e Consultores Ltda. (Liquidante).

IPIRANGA PREMIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ Nº 11.193.998/0001-04 - NIRE 33.3.0030936-5

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. Ficam convocados os Senhores Acionistas da Ipiranga Premium Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”) para se reunirem em AGE, no dia 27/12/2019, às 10:00hs, na sede da Companhia, situada na Rua Dias Ferreira, 190, sala 601, Leblon, CEP 22431-050, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, com a finalidade de deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia. RJ, 16/12/2019, Fabio Paes Bailune e Alessandra Augusta de Lima Gomes da Silva Souza.

CONCESSÃO DE LICENÇA

POSTO DE GASOLINA BARRAMAR LTDA, inscrito no CNPJ: **00.699.424/0001-96**, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, através do processo **Nº 14/200.336/2016**. Licença Municipal de Operação **Nº 002625/2019**, com validade de **29/11/2029** para REVENDA DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, no endereço Avenida das Américas, nº 2009 - Barra da Tijuca.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE:

Rio de Janeiro - Tel: (21) 2262-2906
São Paulo - Tel: (11) 3283-3000

ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A
CNPJ/MF nº 74.267.170/0001-73 - NIRE nº 3.330.016.539-8

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019. 1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 11 de setembro de 2019, às 09:30 horas, na sede social da Icatu Capitalização S/A (“Companhia”), na Praça Vinte e Dois de Abril, nº 36 (parte), Centro, Rio de Janeiro. **2. PRESENÇA:** Presentes os membros Luciano Snel Corrêa, Alexandre Petrone Vilardi, Mário José Gonzaga Petrelli e Cesar Luiz Salazar Saut. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos Diretores. **4. MESA:** Presidente: Luciano Snel Corrêa; Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **5. ORDEM DO DIA: (i)** Aprovar a abertura de filiais da Companhia na Cidade de Bauru e Blumenau; **(ii)** Aprovar a mudança de endereço da filial da Companhia em João Pessoa; **(iii)** Retificar a relação das filiais da Companhia constante da Ata de Reunião da Diretoria ocorrida em 20/05/2019 e consolidar os endereços das filiais da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Os membros da Diretoria deliberaram, por unanimidade e sem reservas: **(i)** Aprovar a abertura de filiais da Companhia na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Rua Luso Brasileira, nº 4-44, Sala 901B, 9º andar, Bloco A (Torre Empresarial), Edifício Metropolitan Square, Bairro Jardim Estoril 4, CEP 17016-230 e na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua dos Caçadores, nº 126, Loja, Bairro Velha, CEP 89040-000; **(ii)** Aprovar a mudança de endereço da Companhia na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, para a Rua Antônio Rabelo Júnior, nº 195, Sala 908, Eco Business Center, Bairro do Miramar, CEP 58032-090; **(iii)** Retificar a relação das filiais da Companhia constante da Ata de Reunião da Diretoria ocorrida em 20/05/2019 e consolidar os endereços das filiais da Companhia que, em decorrência das deliberações ora havidas, constarão da relação a seguir: **6.1 - FILIAIS:** **6.1.1 - Aracaju-SE:** Rua Moacir Wanderley, nº 185, sala 505, Empresarial Jardins, Loteamento Garcia, Jardins, Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, CEP 49025-510; **6.1.2 - Bauru-SP:** Rua Luso Brasileira, nº 4-44, Sala 901B, 9º andar, Bloco A (Torre Empresarial), Edifício Metropolitan Square, Bairro Jardim Estoril 4, Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, CEP 17016-230; **6.1.3 - Belém-PA:** Rua dos Mundurucus, nº 3100, Edifício Metropolitan Tower, sala 2609, Cremação, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66040-033; **6.1.4 - Belo Horizonte-MG:** Rua Rio Grande do Norte, 694, 2º andar, parte, Funcionários, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30130-920; **6.1.5 - Blumenau-SC:** Rua dos Caçadores, nº 126, Loja, Bairro Velha, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89040-000; **6.1.6 - Brasília-DF:** SRTVS, Asa Sul, Quadra 701, Bloco O, 110, salas 575 a 580, parte, Edifício Centro Multiempresarial, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70340-000; **6.1.7 - Campinas-SP:** Rua dos Alecrins, Cambuí, nº 914, salas 907 e 908, Edifício Life Town, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13025-141; **6.1.8 - Campo Grande-MS:** Rua Alagoas, nº 396, sala 04, Centro, Campo Grande/MS, Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79020-120; **6.1.9 - Curitiba-PR:** Av. Visconde do Rio Branco, nº 125, Bairro Mercês, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80410-001; **6.1.10 - Florianópolis-SC:** Rua Adolfo Melo, nº 38, conjunto 201, Centro, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-090; **6.1.11 - Fortaleza-CE:** Avenida Dom Luiz, nº 1200, Salas 1716 e 1718, Aldeota, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60160-196; **6.1.12 - Goiânia-GO:** Avenida 136, Sala 305 A - Setor Sul - Ed. New York Square, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74180-040; **6.1.13 - João Pessoa-PB:** Avenida Epitácio Pessoa, nº 1251, Sala 906, Bairro dos Estados, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58030-001; **6.1.14 - Maceió-AL:** Rua José Soares Sobrinho, nº 119, 3º andar, sala 315, Jatiúca, Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57036-640; **6.1.15 - Manaus-AM:** Avenida Mário Ypiranga, nº 315, Sala 610, Adrianópolis, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69057-000; **6.1.16 - Natal-RN:** Avenida Amintas Barros, nº 3700, salas 1604 e 1605, bloco A, Centro Empresarial Corporate Tower Center, Trade Lagoa Nova, Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59075-810; **6.1.17 - Piracicaba-SP:** Rua Tiradentes, nº 1200, 12º andar, Conjunto 122, Centro, Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, CEP 13400-765; **6.1.18 - Porto Alegre-RS:** Rua Siqueira Campos, nº 1163, 4º andar, parte, Centro, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90010-001; **6.1.19 - Porto Alegre-RS (posto):** Avenida Assis Brasil, nº 3940, Bairro Passo D'Areia, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 91010003; **6.1.20 - Porto Velho-RO:** Avenida Campos Sales, nº 2833, Sala A, Centro, Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76801-120; **6.1.21 - Recife-PE:** Rua Barão de Souza Leão, nº 425, sala 1008, Boa Viagem, Cidade de Recife, Estado do Pernambuco, CEP 51030-300; **6.1.22 - Ribeirão Preto-SP:** Avenida Presidente Vargas, nº 2.121, salas 2.202 e 2.203, Jardim América, Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14020-260; **6.1.23 - Rio de Janeiro-RJ:** Rua da Assembleia, nº 65, salas 1201 e 1301, Condomínio Edifício Torre Lيدador, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-001; **6.1.24 - Salvador-BA:** Avenida Tancredo Neves, nº 909, salas 1712, 1713 e 1714, parte, Edifício André Guimarães Business Center, Caminho das Árvores, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-021; **6.1.25 - São José do Rio Preto-SP:** Rua Jair Martins Mil Homens, nº 500, sala nº 507, Condomínio Navarro Building, bairro Vila São José, cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP 15090-080; **6.1.26 - São José dos Campos-SP:** Conjunto 1411, localizado na Av. São João nº 2375, Edifício Helbor Office Jardim das Colinas, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP 12242-000; **6.1.27 - São Paulo-SP:** Avenida Ibirapuera, Indianópolis, nº 2.332, 7º andar, Torre II, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04028-003; **6.1.28 - São Paulo-SP:** Avenida Paulista, nº 2001, 16º andar, Conjunto 1603, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01311-300; e **6.1.29 - Vitória-ES:** Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, Sala 1203, Enseada do Suá, Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, CEP 29050-335. **7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Encerrados os trabalhos desta Reunião, lavrou-se e assinou-se a presente ata. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2019. Assinaturas (ass.) Luciano Snel Corrêa - Presidente; (ass.) Gustavo Franco Pacheco - Secretário; (ass.) Alexandre Petrone Vilardi; (ass.) César Luiz Salazar Saut; (ass.) Mário José Gonzaga Petrelli. **Declaro por os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.** Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2019. **Gustavo Franco Pacheco** - Secretário. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: Icatu Capitalização S/A. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 3790455 e data de 11/10/2019. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

RACHADINHA

Ex-assessores de Flávio Bolsonaro e Queiroz são alvos de buscas do MP

Investigação apura suposto esquema de lavagem de dinheiro e peculato no gabinete de Flávio na Alerj

Operação de busca e apreensão realizada pelo Ministério Público do Rio ontem atingiu o ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ), Fabrício Queiroz, e a ex-mulher do presidente Jair Bolsonaro, Ana Cristina Siqueira Valle. Também tiveram os endereços visitados pelos agentes nove parentes de Ana Cristina, a mulher e a enteada de Queiroz.

Todos estiveram lotados no gabinete de Flávio em diferentes momentos de seu mandato na Assembleia Legislativa do Rio, entre 2003 e 2018, e estão entre os que tiveram os sigilos bancário e fiscal quebrados pela Justiça Rio, a pedido do Ministério Público, em maio deste ano.

A operação se dá no âmbito da investigação que apura suposto esquema de lavagem de dinheiro e peculato no gabinete de Flávio na Alerj quando ele era deputado estadual.

Ana Cristina Siqueira Valle foi casada com Bolsonaro por dez anos, entre 1998 e 2008, tem nove parentes investigados no inquérito do MP que apura um suposto esquema de repasse de salários de servidores a deputados da Assembleia Legislativa do Rio.

Fabrício Queiroz era ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Alerj, pivô da investigação ao ter uma movimentação financeira suspeita detectada pelo Coaf.

Marcia Aguiar, mulher de Queiroz e Evelyn Mayara, enteada de Queiroz, trabalharam no gabinete de Flávio na Alerj.

José Procópio Valle, pai de Ana Cristina e ex-sogro de Bolsonaro, trabalhou no gabinete de Flávio na Alerj e no de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

Andrea Siqueira Valle, irmã de Ana Cristina, ex-cunhada de Bolsonaro, trabalhou no gabinete de Flávio na Alerj e no de Bolsonaro na Câmara.

Francisco Diniz, primo de Ana Cristina, trabalhou no gabinete de Flávio na Alerj. Juliana Vargas, prima de Ana Cristina, trabalhou no gabinete de Flávio na Alerj e no de Bolsonaro na Câmara. Daniela Gomes, tia de Ana Cristina, Guilherme dos Santos Hudson, tio de Ana Cristina e Ana Maria Siqueira Hudson, tia de Ana Cristina, trabalharam no gabinete de Flávio na Alerj.

A defesa de Fabrício Queiroz se disse surpresa com a medida. Em nota, o advogado Paulo Klein, que representa Queiroz, afirmou que está tranquilo. "A defesa de Fabrício Queiroz recebe a informação a respeito da recente medida de busca apreensão com tranquilidade e ao mesmo tempo surpresa, pois absolutamente desnecessária, uma vez que ele sempre colaborou com as investigações, já tendo, inclusive, apresentado todos os esclarecimentos a respeito dos fatos", disse Klein.

"Ademais, surpreende que mesmo o MP reconhecendo que o juízo de primeira instância seria incompetente para processar e julgar qualquer pedido relacionado ao ex-deputado o tenha feito e obtido a referida decisão, repita-se, de forma absolutamente desnecessária."

O advogado Frederick Wassef, defensor do senador Flávio Bolsonaro (sem partido - RJ), que não teme os resultados da nova incursão do Ministério Público (MP) do Rio contra seu cliente. Wassef afirmou que ainda não teve acesso à decisão judicial que autorizou buscas em 24 endereços, inclusive de alvos ligados a Flávio e a Ana Cristina Siqueira Valle, ex-mulher do presidente Jair Bolsonaro, e que pretende tomar medidas contra o vazamento da operação.

Wassef disse que conversou com Flávio sobre a ofensiva do Ministério Público, desencadeada depois que o Supremo Tri-

bunal Federal (STF) destravou a investigação relativa a dados compartilhados pela Unidade de Inteligência Financeira, antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que apontou movimentações atípicas nas contas do ex-assessor Fabrício Queiroz. "O Flávio está surpreso, mas zero de preocupação. Como eu também. Nada de ilegal vão encontrar, como não encontraram na quebra do sigilo bancário e fiscal", disse Frederick Wassef.

O advogado afirmou que os investigadores "não vão lograr êxito, nada de errado vão encontrar porque jamais existiu esquema de 'rachadinha' no gabinete do meu cliente". Sobre a operação de ontem, ele protestou enfaticamente. "Invadiram a empresa do meu cliente, mas certamente não vão encontrar nada, simplesmente porque não existe nada que o comprometa. Vão pegar documentos, informações

do dia a dia de uma empresa de chocolates, nada mais", declarou.

Wassef considera que uma medida cautelar dessa natureza é previsível dentro de alguma investigação, mas ele protesta contra o que chama de "vazamento da operação" e, mais ainda, como as buscas são realizadas e seus reflexos na rotina da empresa.

"Arrombaram a porta, pelo que sei, um absurdo. Imagine o estrago que isso causa, clientes assustados, temerosos de comprar alguma coisa." Wassef argumenta que o que está se comentando no Rio é que está havendo uma série de ilegalidades e arbitrariedades nessas buscas.

"Estão buscando materiais de pessoas que nunca trabalharam no gabinete do Flávio, jamais. Coisas estão sendo apreendidas, estão pegando de todo mundo, indiscriminadamente. Alguma ilegalidade está sendo cometida na operacionalização da medida", finalizou.

PLANTÕES

CNJ afasta desembargador do TJ por parcialidade nas liminares

O desembargador Guaraci de Campos Vianna, do Tribunal de Justiça do Rio, foi afastado das funções e terá de prestar esclarecimentos ao Conselho Nacional de Justiça sobre decisões que deu em plantões judiciais. Durante inspeção de rotina, a Corregedoria Nacional de Justiça apontou indícios de que Guaraci teria violado o princípio do juiz natural e concedido liminares que fogem das hipóteses legais e regimentais previstas.

Na terça-feira, durante a 302ª Sessão Ordinária, o Plenário do CNJ, por unanimidade, acompanhou o voto do corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, que propôs a abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) contra o desembargador para a apuração de possíveis irregularidades praticadas durante os plantões.

As informações foram detalhadas no site do CNJ. De acordo com Humberto Martins, a abertura do processo "não tem o objetivo de analisar ou rever o mérito das decisões judiciais proferidas por Guaraci Vianna e julgar se

são corretas ou incorretas, mas averiguar seis achados relacionados a decisões teratológicas, que não possuíam qualquer urgência e com indícios de parcialidade".

Segundo o ministro, "não é absoluta" a garantia prevista no artigo 41 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que garante que o magistrado não pode ser punido ou prejudicado pelas opiniões que manifestar ou pelo teor das decisões que proferir. "A mencionada garantia contida no artigo 41 da Loman pode ser superada em hipóteses excepcionais, a exemplo de situações de impropriedade, excesso de linguagem, ou ainda quando se possa extrair do julgado, ictuoculi, infringência aos deveres funcionais pela própria teratologia da decisão judicial ou pelo contexto em que esta foi proferida, o que definitivamente é a hipótese dos autos", disse o corregedor.

Entre os achados citados por Martins, consta a concessão de liminar em habeas corpus para que uma prisão preventiva decretada contra um homem e uma mulher, acusados de exploração

sexual feminina e que estavam foragidos, fosse convertida em prisão domiciliar, mediante o uso de tornozeleira eletrônica.

"O desembargador se utilizou do argumento de residência fixa para concessão de liminar para réus que, até aquele momento processual, ou, ao menos até dias antes, encontravam-se evadidos e procurados internacionalmente. O magistrado também se utilizou do argumento de que os réus exerciam atividade laborativa lícita para réus que obtinham alta renda mediante a exploração sexual de mulheres, havendo nos autos robusta prova, por meio de fotos e anúncios", pontuou o corregedor.

Outro ponto destacado por Humberto Martins, foi o fato de o desembargador do TJ do Rio ter se voluntariado para participar dos plantões nos quais as referidas decisões foram proferidas e que, nos últimos cinco anos, esses foram os primeiros plantões dos quais o magistrado participou.

Ao concluir pela existência de elementos mínimos que apontam para a ocorrência de violações ao

Código de Ética da Magistratura e à Loman, o Corregedor Nacional de Justiça entendeu necessário não apenas a instauração do PAD em desfavor do desembargador como também o afastamento cautelar do magistrado de suas funções jurisdicionais e administrativas.

Segundo Humberto Martins, "a permanência do desembargador em suas funções judicantes não só colocaria em risco a apuração dos fatos, como também a dignidade, a legitimidade e a credibilidade do próprio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, constituindo séria ameaça às legítimas aspirações do jurisdicionado, ao ser julgado por um magistrado cujo comportamento social traz dúvidas".

O voto do corregedor nacional de Justiça foi acompanhado à unanimidade pelos demais conselheiros.

Em nota, o Tribunal de Justiça do Rio informou: "Confirmamos o afastamento. Tudo corre em segredo de justiça. Cabe ao TJ cumprir a decisão do CNJ, não comentá-la."

DESTAQUE ARQUITETÔNICO

Kazuhiro promete concluir obras do Museu da Imagem e do Som

O secretário de Obras, Bruno Kazuhiro, disse que vai vencer os obstáculos com uma gestão multidisciplinar, focada na eficiência, meritocracia, ética e transparência. Como filho de professores do Estado do Rio, ele disse que aprendeu a valorizar o servidor público e pretende ouvir e contar com a experiência dos servidores. "Vamos em busca dos melhores resultados nessa nova etapa da secretaria. Os desafios se apresentam o tempo todo. Toda dificuldade será sempre um desafio a mais na busca de soluções criativas e parcerias que possam nos permitir avançar cada vez mais no bem estar da

população do Estado do Rio de Janeiro."

Segundo ele, um item que considera fundamental é a questão da habitação, com a implantação de moradias dignas a grande parte da população local. Ele prometeu ainda concluir obras importantes como a do Museu da Imagem e do Som (MIS), na Praia de Copacabana, considerado um destaque arquitetônico, presenças a se tornar um dos mais atrativos pontos turísticos fluminenses.

No âmbito da Segurança Pública, Kazuhiro vai trabalhar para a implementação do Conjunto Penal Vertical, um projeto icônico que contribuirá em

muito para a redução do déficit de vagas para encarcerados.

Além disso, o projeto agrega qualidade de vida ao preso e está modelado em um formato que garante condições de trabalho ao apenado com garantias de melhora na ressocialização. "Queremos avançar também no desenvolvimento logístico e realizar urbanizações colaborando com os municípios em prol da qualidade de vida da população."

Kazuhiro disse que é possível garantir investimentos e a execução de ações e programas com o Rio de Janeiro ainda em processo de recuperação fiscal, com trabalho e responsabilidade na gestão

pública. Segundo ele, a intenção é fechar parcerias, convênios e outros mecanismos legais para permitir que investimentos sejam disponibilizados não só para os projetos da secretaria como para as demais secretarias estaduais fluminenses que busquem parcerias conosco.

Segundo ele, a descentralização de recursos é um mecanismo que pode contribuir para a execução de inúmeros projetos. "Temos também a possibilidade das Parcerias Público-Privadas (PPPs), muito úteis na obtenção de recursos de parceiros da iniciativa privada interessados na melhora da qualidade dos serviços públicos prestados à população fluminense."

SALÁRIOS ATRASADOS

Pagamentos para as Organizações Sociais estão sendo retomados

Após a audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, os pagamentos para as Organizações Sociais (OSs) que gerem algumas unidades de saúde da prefeitura do Rio de Janeiro começam a voltar ao normal, com mais de dois meses de salários atrasados. Porém, a paralisação da categoria está mantida por enquanto.

Segundo a prefeitura, os repasses estão sendo feitos diretamente pelo TRT, responsável pelo bloqueio de R\$ 300 milhões nas contas do município. Desde sexta-feira (13), os repasses estão sendo feitos para as OSs. O tribunal informou que não vai fornecer detalhes sobre a movimentação do processo, que corre na Seção de Dissídios Coletivos.

Hoje será feita uma nova audiência do TRT, para que as OSs comprovem os repasses aos trabalhadores terceirizados.

No fim da manhã de ontem, os sindicatos organizaram uma manifestação em frente ao prédio da prefeitura, na Cidade Nova, região central do Rio de Janeiro, para cobrar o pagamento dos salários atrasados.

Segundo a presidente do Sindicato dos Enfermeiros (Sindenfrj), Mônica Armada, os pagamentos estão sendo feitos aos poucos. "Está acontecendo o arresto, pouco a pouco, ele é ato contínuo, o dinheiro tem caído. Quando é feito o arresto vai direto para as OSs e estão sendo pagos os trabalhadores. Tem gente que já tem os salários de outubro e novembro pagos, outros já tiveram o 13º, outros só outubro. A gente espera que ao longo do dia isso se normalize bastante", disse Mônica.

A presidente do sindicato explica que foi pedido à justiça que se priorize o salário dos trabalhadores. "A gente pediu uma prioridade na audiência, que

assim que o dinheiro entre para a OS, que seja priorizado o pagamento dos trabalhadores, e não os serviços, o INSS, essas coisas deixa para depois. Pagar primeiro os salários. Tem OS que já recebeu, então estão priorizando para as outras que ainda não receberam. Pela conta do desembargador, 95% já haviam sido pagos".

Mônica explica que a greve, iniciada no dia 10, está mantida até que se tenha certeza de que os trabalhadores foram pagos. "A gente manteve a paralisação de 100% nas clínicas da família e ambulatorios e nos hospitais de urgência e emergência a gente está com 30%. A gente vai fazer nova assembleia após a audiência, porque a gente quer ter a certeza de que isso vai ser pago, a gente está vendo eles entrarem no TST para acabar com o arresto. Então até hoje mantemos o esquema de greve".

Segundo Mônica muitos trabalhadores ficaram endividados devido aos atrasos e que os estatutários também estão sofrendo, devido ao não pagamento da segunda parcela do 13º salário. O diretor do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Luciano Barboza, disse que a categoria se sentiu desrespeitada pela decisão da prefeitura e se uniu ao protesto dos profissionais da saúde.

"A situação é de revolta completa. Já cumprimos o nosso ano letivo, estávamos entrando num processo de recesso escolar e somos surpresos com o não pagamento da segunda parcela do 13º. Essa parcela é fundamental para que se garanta as festas de final de ano, Natal, presente das crianças. A gente sente como um cuspe na cara. A gente fez o nosso trabalho e o poder executivo não cumpre a sua tarefa de pagar em dia os servidores", disse Barboza.

SESSÕES DE QUIMIOTERAPIA

Para uma reunião tão importante, não deixará a Prefeitura

Prefeito diz que não tem nenhum apego ao poder e que tem a responsabilidade de dirigir a cidade

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB) fica no seu quarto no Hospital Sírio-Libanês como se estivesse no seu gabinete na Prefeitura: de tênis, calça e camisa. Enquanto trata do câncer que atinge o sistema digestivo com sessões de quimioterapia, está à disposição dos médicos de manhã e de seu secretariado à tarde.

Em sua primeira entrevista após deixar a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), onde tratou uma hemorragia na semana passada, disse que deixará a Prefeitura se necessário, mas que não pensa em se licenciar. Para ele, ainda é cedo para falar em campanha eleitoral. Ele marejou os olhos duas vezes: ao falar das mensagens de apoio que tem recebido e ao ouvir que aparenta estar bem. “As pessoas chegam aqui e eu que tenho que consolá-las”.

Covas disse que às vezes

tem uma reunião às 15h e acaba atrasando porque entra um exame no meio. “O bom é que, quanto mais trabalho, mais ocupo a cabeça. Não há nenhum conflito com o tratamento trabalhar durante esse período. Ao contrário, é muito positivo. É bem melhor do que ficar parado aqui assistindo série Como a restrição é agenda externa, isso se aplica eu estando no hospital ou na Prefeitura.”

O prefeito admitiu que o susto é acordar com dor. “Estavam achando que (a dor) era efeito da quimioterapia e talvez teria que trocar. E aí, o bom resultado que eu tive até aqui talvez eu não tivesse com uma nova droga. E, claro, o susto de você estar com dor e não saber o que é. Você está enfartando? Está reagindo à quimioterapia? Na verdade, de todos os problemas, foi o mais fácil de ser resolvido (era uma hemorragia causada por um exame, que foi estancada).”

Ele afirmou que a cabeça vai segurando. “Ajuda muito a quantidade imensa de mensagens que tenho recebido. Continuo recebendo de conhecidos, pessoas desconhecidas, de São Paulo, do Brasil todo, pessoas mandando um salmo para ler. ‘Olha, toma suco disso.’ É algo muito positivo, que ajuda demais neste momento.”

Covas afirmou que sua mãe, nos primeiros 23 dias, praticamente se mudou de Santos para a Capital. “Nesse período que estou agora é meu irmão que está 24 horas comigo. Meu filho praticamente todo dia vem aqui. Aproveitei para estudar com ele.”

O prefeito disse que o filho faz muitas perguntas. “Imagina, visitar um dia o pai no quarto e no outro dia visitar na UTI. Tudo ele quer saber, quer compreender e, sempre que a gente consegue, consigo avisá-lo antes do boletim médico. É mais tranquilo quando aviso do que quando

ele lê pela internet (risos).”

Covas admitiu que se houver necessidade, vai se licenciar. “Por enquanto, não houve. É uma questão objetiva, não subjetiva. Havendo forças, condições físicas e psicológicas para continuar na Prefeitura, continuo. Não havendo, vou ter que me licenciar. Não tenho nenhum apego ao poder. O que eu tenho é a responsabilidade de dirigir a cidade.”

Ele lembrou que o avô, Mário Covas também enfrentou um câncer. “Não tem espaço para ser de outra forma. Ou você encara o desafio de frente ou não encara. Não dá para encarar pela metade. Não tem meio termo. Acho que a diferença não é a força, é a forma. É encarar de forma pública, transparente.”

Covas afirmou que não está fazendo articulações para a reeleição e não há nenhuma pressão em relação a isso. “É um País em que uma semana é longo prazo. A gente começa

a semana e termina a semana, o presidente (Jair Bolsonaro) está montando partido, partidos que estavam brigados começam a discutir uma fusão... Então, não há pressa. Veja os outros trinta e tantos partidos, quais já decidiram os seus candidatos? (...) As prévias que definiram que o (governador João) Doria seria o candidato a prefeito em 2016 foram depois do carnaval.”

O prefeito disse que não sabe se o presidente terá candidato em São Paulo. “A hora que a gente abre o jornal, é o (José Luiz) Datena, é o (Paulo) Skaf, é o (Marco) Feliciano, é um nome novo. Nesse momento, acho que não há definição nem por parte do próprio presidente, nem por parte do PT, que governou a cidade por três mandatos.”

Covas disse que Doria o convidou para ser vice dele em 10 de julho de 2016.

“O Doria tem falado algo muito positivo, que é montar

um grande arco de alianças. E aí, um nome para vice é um nome que depende de quem são os adversários. O que não há, agora, é nenhum tipo de veto.”

O prefeito disse que o grande diferencial da sua gestão é a inovação. “Hoje você tem um sistema de monitoramento que permite acompanhar online onde está cada uma das equipes de zeladoria da cidade. Ampliei a produtividade de cada uma delas. A gente acabou de colocar no ar um sistema de acompanhamento do subsolo. Estamos implementando telemedicina nas UBSS. Recentemente, a gente anunciou investimento para equipar as salas de aula com material de informática.”

No próximo ano, a Prefeitura deve sair do rombo orçamentário de 2017, de R\$ 7 bilhões que recebeu do PT, para um investimento de R\$ 7,5 bilhões. “Vamos dar continuidade em obras interrompidas e entregar 12 CEUs, dois hospitais, UPAS.”

ILEGALIDADES E VÍCIOS

Justiça suspende início de obra de túnel de complexo de luxo

A Justiça de São Paulo determinou a suspensão do início das obras que envolvem um túnel de um megacomplexo de luxo na região da Bela Vista, próximo à Avenida Paulista. A decisão atende a pedido da Associação de Moradores do Bairro da Consolação e adjacências (Amacon) e da Associação União de Moradores de bairro da Bela Vista & Bixiga (Amorbela), que sustentam haver ilegalidades e vícios nos atos administrativos da Prefeitura que permitiram a realização da obra.

O projeto do Cidada Matarazzo prevê uma intervenção que chama de Boulevard da Diversidade. A obra restringe um trecho da Rua São Carlos do Pinhal para pedestres e também abrange a Alameda das Flores (que já é fechada para carros) e a calçada e o espaço das vagas de estacionamento de uma quadra da Alameda Rio Claro. Para as associações, a liberação da Prefeitura para a obra favorece a iniciativa privada em detrimento dos interesses dos cidadãos e da situação viária e de transporte público nas vias afetadas.

O juiz Emílio Migliano Neto da 7ª Vara da Fazenda Pública

sustenta a decisão, em parte, em razão da dificuldade que haveria de se restabelecer a área depois que as obras fossem iniciadas. “Com razão as autoras quando sustentam que temem pelo iminente início das obras de execução do túnel, mesmo as de preparação, no período de recesso forense, antes mesmo da Municipalidade prestar as informações determinadas por este Juízo, pois o restabelecimento do status quo ante se tornará dificultoso e de grande custo”, escreveu na decisão. A suspensão ficará válida até nova decisão judicial.

O boulevard é idealizado por uma entidade sem fins lucrativos presidida pelo empresário francês Alexandre Allard, idealizador da Cidade Matarazzo, em construção na área do antigo Hospital Umberto I, na Bela Vista, que reunirá lojas, restaurantes, centro cultural, capela, serviços de saúde, hotel seis estrelas e escritórios. Além das edificações tombadas, o empreendimento inclui novos edifícios e tem um “soft opening” previsto para maio de 2020.

Procurada para comentar a decisão judicial, a Prefeitura informou que não havia sido notificada de decisão. A gestão do

prefeito Bruno Covas (PSDB) havia dito em setembro que a proposta do boulevard passou por “intensa e transparente análise de todos os órgãos competentes”, que constaram o “interesse público”.

“Foi tomada a decisão de implementação do projeto por meio de acordo de cooperação”, explicou em nota naquela oportunidade, que informava o valor estimado de R\$ 130 milhões, inteiramente de responsabilidade dos proponentes. Sobre as intervenções planejadas, a gestão municipal havia destacado em setembro que o projeto estava seguindo “rigorosamente a lei e as boas práticas de transparência”.

Já a Associação São Paulo Capital da Diversidade, responsável pelo boulevard, afirmou que não foi “cientificada de nenhuma ação judicial ou medida liminar”, mas ressaltou ter “a mais absoluta certeza de que não existe nenhum fundamento em qualquer questionamento que possa haver por esse meio, na medida em que a aprovação do Boulevard da Diversidade e o acordo de cooperação respectivo seguiram rigorosamente todos os trâmites legais aplicáveis e exigíveis.”

TÍTULO CANCELADO

Termina hoje o prazo para fazer a biometria em 319 municípios

Termina hoje o prazo para que eleitores de 319 municípios paulistas efetuem o cadastramento biométrico, que consiste em deixar registrada a impressão digital no sistema da Justiça Eleitoral. O procedimento, que também contempla a coleta de fotografia e assinatura digitalizada, é obrigatório para essas localidades. Por isso, quem perder o prazo pode ter o título de eleitor cancelado.

Quando está em situação irregular, o eleitor fica impedido de votar, e enquanto não resolver a pendência também são impostas restrições, como a impossibilidade de obter empréstimos em bancos offi-

ciais, a de tomar posse ou se inscrever em concursos públicos e a de emitir passaporte.

Para realizar a biometria, o eleitor deve se dirigir a um cartório eleitoral ou a unidades do Poupatempo autorizadas a prestar serviços eleitorais. Em ambos os casos, é necessário agendamento, que é feito pelos sites da rede Poupatempo e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

O eleitor deve apresentar documento oficial de identificação, comprovante de residência recente e título eleitoral. O objetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é de concluir a operação de biometria em todo o país até 2022.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.
 CNPJ/ME nº 28.052.123/0001-95 - NIRE 3530050526-3

Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Dezembro de 2019
 CNPJ/ME nº 28.052.123/0001-95 - NIRE 3530050526-3

1. Data, Hora e Local: Realizada em 16 de dezembro de 2019, às 12:00 horas, na sede social da Interligação Elétrica S.A., localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C Crystal, 5º andar, Conjunto 503, Vila Gertrudes, CEP 04794-000 (Companhia), por estar presente a assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia de acordo com as assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **José Aloísio Ragone Filho**, que escolheu o Sr. **Edvaldo Oliveira Lippe** para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 1º da Lei 12.431/11 e das Sociedades por Ações, a ser realizada a seguinte ordem de trabalhos: **I** a) realização do presente ato; **II** a) realização do presente ato; **III** a) realização do presente ato; **IV** a) realização do presente ato; **V** a) realização do presente ato; **VI** a) realização do presente ato; **VII** a) realização do presente ato; **VIII** a) realização do presente ato; **IX** a) realização do presente ato; **X** a) realização do presente ato; **XI** a) realização do presente ato; **XII** a) realização do presente ato; **XIII** a) realização do presente ato; **XIV** a) realização do presente ato; **XV** a) realização do presente ato; **XVI** a) realização do presente ato; **XVII** a) realização do presente ato; **XVIII** a) realização do presente ato; **XIX** a) realização do presente ato; **XX** a) realização do presente ato; **XXI** a) realização do presente ato; **XXII** a) realização do presente ato; **XXIII** a) realização do presente ato; **XXIV** a) realização do presente ato; **XXV** a) realização do presente ato; **XXVI** a) realização do presente ato; **XXVII** a) realização do presente ato; **XXVIII** a) realização do presente ato; **XXIX** a) realização do presente ato; **XXX** a) realização do presente ato; **XXXI** a) realização do presente ato; **XXXII** a) realização do presente ato; **XXXIII** a) realização do presente ato; **XXXIV** a) realização do presente ato; **XXXV** a) realização do presente ato; **XXXVI** a) realização do presente ato; **XXXVII** a) realização do presente ato; **XXXVIII** a) realização do presente ato; **XXXIX** a) realização do presente ato; **XL** a) realização do presente ato; **XLI** a) realização do presente ato; **XLII** a) realização do presente ato; **XLIII** a) realização do presente ato; **XLIV** a) realização do presente ato; **XLV** a) realização do presente ato; **XLVI** a) realização do presente ato; **XLVII** a) realização do presente ato; **XLVIII** a) realização do presente ato; **XLIX** a) realização do presente ato; **CL** a) realização do presente ato; **CLI** a) realização do presente ato; **CLII** a) realização do presente ato; **CLIII** a) realização do presente ato; **CLIV** a) realização do presente ato; **CLV** a) realização do presente ato; **CLVI** a) realização do presente ato; **CLVII** a) realização do presente ato; **CLVIII** a) realização do presente ato; **CLIX** a) realização do presente ato; **CLX** a) realização do presente ato; **CLXI** a) realização do presente ato; **CLXII** a) realização do presente ato; **CLXIII** a) realização do presente ato; **CLXIV** a) realização do presente ato; **CLXV** a) realização do presente ato; **CLXVI** a) realização do presente ato; **CLXVII** a) realização do presente ato; **CLXVIII** a) realização do presente ato; **CLXIX** a) realização do presente ato; **CLXX** a) realização do presente ato; **CLXXI** a) realização do presente ato; **CLXXII** a) realização do presente ato; **CLXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXV** a) realização do presente ato; **CLXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXV** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXVIII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXX** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXXI** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXII** a) realização do presente ato; **CLXXXXXXXIII** a) realização do presente ato

Comissão mista será responsável por analisar a reforma tributária

Intenção do Congresso é que a reforma seja aprovada ainda no primeiro semestre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) anunciou a criação de uma comissão mista para analisar a reforma tributária. A comissão será instalada hoje e terá 90 dias de duração, funcionando, inclusive, durante o recesso parlamentar. A comissão mista é formada por 15 deputados federais e 15 senadores.

O anúncio foi feito depois de uma reunião com parlamentares e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que também estava no encontro, disse que a intenção é que a reforma tributária seja aprovada ainda no primeiro semestre. “A criação da comissão mista é importante para termos um texto logo após carnaval. É importante termos ainda no primeiro semestre um novo sistema tributário”, afirmou.

Segundo Alcolumbre, a

ideia na comissão é conciliar as propostas sobre o tema que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado e as ideias do governo. “Vamos apresentar uma proposta conciliatória no primeiro semestre. Não adianta discussão sem proposta do governo”, completou.

O presidente ressaltou que Maia já vem trabalhando na construção de um texto para “desburocratizar o País”. Alcolumbre lembrou a discussão no Congresso da reforma da Previdência que foi feita em conjunto com o governo e disse que o parlamento teve “compreensão do momento econômico” e enfrentou pautas importantes em 2019.

Maia repetiu que a ideia da reforma tributária é simplificar a cobrança de tributos sobre consumo e tributar mais quem tem mais renda. Segundo o presidente da Câmara, o governo vai enviar ao Congresso uma proposta

para “organizar o imposto sobre a renda”.

Ele ressaltou que a discussão conjunta de projetos entre Câmara e Senado já vem sendo feita em outros temas, como o pacto federativo, para acelerar votações.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que a volta de um imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não está descartada. Ele ponderou, no entanto, que essa opção não entrará logo em discussão.

Se o Congresso optar por não incluir o imposto na proposta, uma alternativa terá de ser apresentada para compensar a desoneração da folha de salários, afirmou Bezerra em coletiva de imprensa no Senado.

“Não está nada descartado”, afirmou o líder do governo. O “grande drama” na proposta, declarou, será definir uma alíquota para o

Imposto sobre Valor Agregado (IVA). “Vai voltar a discussão sobre o imposto de transações? Acho que no primeiro momento, não. Todo mundo está desafiando a encontrar uma transição sem esse imposto”, ponderou.

O líder do governo afirmou haver garantias que o País terá um novo sistema tributário até o fim de 2020. O governo enviará sugestões para a comissão mista do Congresso no início de fevereiro e acompanhará o tema ao longo da discussão, declarou.

Para o senador, a reforma tributária vai impulsionar o crescimento do País em 2020. As estimativas chegam a apontar de 2% a 3% no crescimento do PIB nacional no próximo ano, observou.

O líder do governo no Senado afirmou também que o novo marco legal do saneamento básico deve ser votado pelos senadores até o fim de fevereiro. A proposta foi finalizada pela Câmara

nesta semana.

“A disposição que eu peço, pelas lideranças aqui no Senado, é que nós deveremos concluir a votação até o final de fevereiro”, disse Bezerra. “Poderá haver mudanças, ainda é cedo para avaliar”.

O relator da proposta no Senado, disse o líder do governo, será o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor do projeto que foi para a Câmara. “Chega com força aqui esse texto da Câmara”, avaliou Fernando Bezerra. Ele pontuou que é impossível adiantar se haverá mudanças e se o projeto voltará para as mãos dos deputados depois.

A estratégia da Câmara em dar a palavra final no projeto do saneamento, declarou Bezerra, foi feita para defender que os municípios tenham a opção de aderir ou não aos blocos regionais formados para realizar as licitações do setor. No Senado, lembrou Bezerra, os parlamentares são mais próximos aos governadores.

MAIS POLÊMICA

PEC emergencial deverá ser votada no plenário do Senado até fim de março

O governo espera aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial até o fim de março no Senado. A proposta prevê gatilhos como a redução de salários e jornada de trabalho em 25% quando a União descumprir a regra de ouro - que proíbe o governo de contrair dívida para bancar despesas correntes, como salários e benefícios - e quando Estados e municípios gastarem 95% da arrecadação.

Dentro do pacote do ministro da Economia, Paulo Guedes, a PEC emergencial é a mais polêmica no Congresso. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que a PEC da desvinculação dos fundos será votada no plenário da Casa em fevereiro, logo na volta do recesso. Já a PEC do pacto federativo, no calendário desenhado pelo parlamentar, ficará para abril.

A estratégia de garantir uma reserva de R\$ 1,5 bilhão no Orçamento para bancar o programa Verde Amarelo será suficiente no primeiro ano, disse o líder do governo no Senado.

Diante da rejeição pela taxação do seguro-desemprego, conforme propôs o Pláneto, a alternativa foi apresentada pelo próprio governo. “Depois, para os exercícios seguintes, vai ter que se trabalhar para identificar outras fontes”, afirmou.

Outro tema que será votado no próximo ano no Congresso, disse o líder do governo, será a prisão em segunda instância. Ele assegurou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em discussão na Câmara será priorizada, a menos que os deputados não concluam a votação do texto até abril.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado chegou a aprovar um projeto de lei sobre a segunda instância. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), no entanto, decidiu interromper a tramitação para aguardar a Câmara concluir a análise

da PEC apresentada por deputados.

Após o presidente Jair Bolsonaro perguntar a apoiadores se deveria sancionar ou vetar o valor do fundo eleitoral para 2020, o líder do governo no Senado manifestou expectativa no aval de Bolsonaro aos R\$ 2 bilhões para as campanhas eleitorais.

O fundo eleitoral, aprovado na terça-feira pelo Congresso, será tema de conversa entre o presidente Jair Bolsonaro e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado ontem.

O valor de R\$ 2 bilhões veio de uma proposta do próprio governo ao Congresso durante a discussão do Orçamento. “Foi construído um texto que se respeita a proposta encaminhada pelo próprio Poder Executivo, sugerida pelo TSE, houve amplo entendimento nas duas Casas. Então a minha expectativa é que o texto aprovado pelo Congresso possa ser mantido pelo presidente”, disse Bezerra.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo não vai enviar uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC) para reforma tributária. O que se pretende é incluir as sugestões do governo no texto que será elaborado por uma comissão especial, com a junção das PECs em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado.

“É tolice mandar para o Congresso outra PEC para tumultuar o jogo. Temos nosso conteúdo, que já estava pronto para ser disparado”, anunciou Guedes.

O ministro disse que a proposta do governo para a reforma tributária foi reconfigurada após a saída de Marcos Cintra da Secretaria da Receita Federal. Ele foi exonerado depois de defender a criação de um imposto semelhante à extinta Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF). Na época, o presidente Jair Bolsonaro descartou a criação da CPMF.

NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

Sindicatos perderam quase 2,9 milhões de associados

O ano de 2018 teve a mais intensa queda dos últimos seis anos no número de associados a sindicatos, mostra pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o instituto, mesmo com o aumento de cerca de 1,3 milhão na população ocupada, os sindicatos perderam mais de 1,5 milhão de associados no ano passado.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre mercado de trabalho, que teve informações adicionais divulgadas ontem. Segundo a PNAD, o percentual da população ocupada filiada a sindicatos vem caindo desde 2012, quando era de 16,1%, e teve sua queda mais intensa no ano de 2018, quando chegou a 12,5%. Nos seis anos analisados, os sindicatos perderam quase 2,9 milhões de associados, grupo que chegou ao total de 11,5 milhões em 2018.

Analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy diz que diferentes fatores vêm puxando essa queda. “Sabemos que essa população ocupada que cresce é muito calçada em trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira assinada. Esses dois segmentos, tradicionalmente, não têm uma grande mobilização sindical”, afirma ela, que também identifica a reforma trabalhista, que passou a vigorar em novembro de 2017, como fator que pode ter contribuído para a redução do número de associados em 2018. Apesar disso, a pesquisadora pondera que não é possível especificar quantos pontos percentuais dessa queda podem ter relação com a mudança nas regras e quantos se devem à redução dos empregos com carteira assinada.

Os empregados do setor público têm a mais alta taxa de associação a sindicatos, com 25,7%, seguidos pelos trabalhadores do setor privado com carteira assinada, com 16%. Entre os trabalhadores domésticos, apenas 2,8% estão asso-

ciados, e, entre os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada, o percentual é de 4,5%. Os que atuam por conta própria também estão bem abaixo da média nacional de sindicalização, com 7,6%.

As regiões Norte e Centro-Oeste têm os menores percentuais de população ocupada sindicalizada, com 10,1% e 10,3%, respectivamente. As duas regiões tiveram as maiores quedas no contingente de sindicalizados em 2018, chegando a uma redução de 20% em relação a 2017.

Já o Nordeste tem o maior percentual do país, com 14,1% da população ocupada sindicalizada. Na região, estão os únicos estados em que houve aumento do contingente de sindicalizados em 2018: Pernambuco, Sergipe e Piauí.

Em relação a gênero, o IBGE mostra que a população ocupada masculina é mais sindicalizada que a feminina, com uma diferença de 12,6% para 12,3%. Somente no Nordeste as trabalhadoras são mais sindicalizadas que os homens, com 14,9% contra 13,5%.

A queda registrada em 2018 fez com que todas as atividades da economia atingissem o menor patamar de sindicalização da série histórica iniciada em 2012. Os setores em que a taxa de sindicalização é mais elevada são a administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, em que o percentual chega a 22%. Em segundo lugar vem o agrupamento de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 19,1%. Na Indústria geral, o percentual é de 15,2%.

Depois dos serviços domésticos (2,8%), as menores taxas de sindicalização estão na construção (5,2%), outros serviços (5,3%) e alojamento e alimentação (5,7%).

A queda no número de associados também foi registrada entre todos os níveis de escolaridade. As taxas de população ocupada sindicalizada chegaram, em 2018, a 10,4% no Fundamental incom-

pleto, 8,1% no Fundamental completo, 11,5% no Médio completo e 20,3% no Superior completo.

O IBGE também verificou que 19,4% das pessoas que trabalham por conta própria têm Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Esse percentual cresceu entre 2012 e 2018, quando chegou ao maior índice da série histórica, mesmo após pequena queda em 2017.

“Isso é importante para saber como estão se estruturando e qual é a viabilidade que eles têm de ter acesso a crédito e emitir nota fiscal”.

Entre os empregadores, a cobertura do CNPJ chegou a 82,5% em 2015 e vem caindo desde então, encerrando 2018 em 79,4%.

A Região Sul tem os maiores percentuais de CNPJ para esses dois grupos (com 28,8% e 87%), e a Região Norte, os menores (7,5% e 59,3%).

O crescimento do CNPJ entre os empregados por conta própria se dá com mais intensidade nos mesmos setores em que o número de empregadores mais cai: indústria, comércio e construção.

Outro movimento captado pela pesquisa é a queda na proporção da população ocupada no setor privado que trabalha em estabelecimentos dos próprios empreendimentos que a empregam, como lojas, fábricas e escritórios. Esse percentual vem caindo desde 2014 e chegou a 59,8% em 2018, o que está associado à redução do emprego com carteira assinada em setores como a indústria e a construção.

Já o pessoal ocupado em fazenda, sítio ou granja também está em queda, puxado pelos resultados do Nordeste, onde esse movimento é mais intenso. O percentual de trabalhadores do setor privado nesses locais chegou a 10,7% em 2018.

Por outro lado, crescem as fatias que trabalham em local designado pelo empregador, patrão ou freguês (13,5%), no domicílio de residência (5,2%), em veículo automotor (4,8%) e em via ou área pública (3,1%).

NOVA ENTIDADE

Fiat Chrysler e PSA assinam o acordo de união de atividades

O grupo italo-americano Fiat Chrysler e o francês PSA, controlador das marcas Peugeot e Citroën, assinaram um acordo vinculativo para avançar com a fusão entre as companhias. De acordo com a declaração conjunta feita ontem, os grupos procederão à união de suas atividades para “criar o quarto maior fabricante de automóveis do mundo”.

O trio que lidera o mercado mundial de automóveis, em número de vendas, é atualmente composto pela alemã Volkswagen, a aliança franco-japonesa Renault-Nissan e a japonesa Toyota.

A nova entidade, com mais de 400 mil funcionários, terá faturamento de quase 170 bilhões de euros e vendas anuais de 8,7 milhões de veículos, com as marcas Fiat, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS, Jeep, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot e Vauxhall.

No Brasil, o grupo combinado deve ultrapassar General Motors e Volkswagen em vendas de veículos. No acumulado de janeiro a setembro, Fiat Chrysler e PSA registram 395,5 mil licenciamentos ante 345,75 mil da GM e 304,6 mil do grupo Volkswagen, conforme dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

No País, maior mercado da Fiat fora da Itália, a companhia tem duas fábricas de veículos - em Betim (MG) e Goiana (PE) - com capacidade total para cerca de 1 milhão de carros por ano, além de duas fábricas de motores capazes de produzir 1,4 milhão de propulsores a cada ano. A PSA tem um polo automotivo em Porto Real (RJ), incluindo fábricas de veículos e motores.

O texto divulgado ontem pelas empresas diz que a parceria fornecerá “recursos de investimento reforçados para a nova entidade, a fim de enfrentar os desafios de uma nova era de mobilidade durável”. “A conclusão da fusão deve ocorrer em 12 a 15 meses”, afirmou o comunicado. A sede da empresa mãe da nova entidade ficará na Holanda, mas continuará sendo listada em Paris, Milão e Nova York.

John Elkann, atual presidente da Fiat Chrysler e herdeira da família Agnelli, presidirá o novo conselho de administração, e Carlos Tavares, até agora presidente do conselho do grupo PSA, será o diretor-geral do novo grupo.

“Nossa fusão representa uma oportunidade formidável para adquirir uma posição mais forte na indústria automobilística, quando realizamos uma transição para uma mobilidade limpa, segura e durável e queremos oferecer aos nossos clientes produtos, tecnologias e serviços do melhor nível”, afirmou Tavares em teleconferência com a imprensa.

“É a união de duas empresas de marcas emblemáticas e trabalhadores muito comprometidos. As duas empresas passaram por tempos difíceis e se tornaram grandes grupos ágeis e inteligentes”, disse Mike Manley, presidente executivo da Fiat Chrysler.

A economia gerada pelas sinergias permitirá, paralelamente, “investir maciçamente nas tecnologias e serviços que irão modelar a mobilidade do futuro, respondendo ao desafio dos regulamentos sobre emissões de CO2”, disseram os dois grupos.

Antes da fusão, a Fiat distribuirá aos acionistas um dividendo excepcional de 5,5 bilhões de euros, enquanto a PSA repassará aos seus acionistas os 46% que possui no capital do fornecedor de equipamentos Faurecia, segundo o comunicado.

As montadoras anunciaram em 31 de outubro que haviam chegado a um acordo unânime sobre o princípio de uma fusão, no qual os acionistas dos dois grupos dividiriam o capital igualmente 50/50, após várias operações financeiras para formar uma nova gigante automobilística global, sem o fechamento de fábricas.

Reforma tributária e alta do dólar: como reduzir custos em 2020 com a tecnologia?



ALEXANDRE GERA

O que esperar do dólar no próximo ano é a pergunta que os brasileiros mais querem saber a resposta depois das recentes altas da moeda norte americana. Passado o primeiro ano do novo governo, empresas, colaboradores e empreendedores estão ansiosos por uma previsão de melhoria, apesar das últimas declarações do ministro Paulo Guedes jogar um balde de água fria, já que ele disse que é “bom se acostumar com juros mais baixos e câmbio mais alto”.

Quando esse fator citado é somado à lentidão brasileira para implementação de soluções econômicas efetivas com a reforma tributária, ou uma possível redução de custos na máquina pública, a possibilidade do dólar continuar alto é ainda maior.

Especialistas apontam três motivos básicos, que também corroboram essa previsão: o primeiro é a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, que diminui o fluxo de dólares no mercado brasileiro. O segundo é a menor taxa de juros praticadas no Brasil, o que é bom para os consumidores internos, mas espanta investidores que especulam no mercado financeiro e que levam suas economias para mercados mais rentáveis. Por último, mas não menos importante, as declarações desnecessárias feitas pelo ministro da fazenda sobre a volta de um regime ditatorial também ajudam na fuga de capital estrangeiro, diminuindo ainda mais a quantidade de dólares que circulam no Brasil.

Aliados a esses três fatores, há duas outras motivações que ajudam a manter o dólar acima dos R\$ 4: o histórico de superávit da balança comercial, ou seja, quando o volume de exportações é maior que o de importações, porque o mercado interno está desaquecido e o Brasil sempre exportou produtos de baixo valor agregado; e a possibilidade de retalições comerciais por causa de atitudes como as queimadas na Amazônia.

Então o que fazer nesse cenário que continuará complexo em 2020? A resposta é investir em inovação, porque tecnologia, comportamento e negócios disruptivos são vitais para driblar esses novos desafios e identificar quais as melhores oportunidades para reduzir os custos, aumentar as receitas e ampliar o marketshare.

A boa notícia é que no Brasil já existem consultorias modernas e acessíveis que podem apoiar as empresas, de todos os tamanhos e segmentos, na busca por esses resultados. Não é preciso importar (porque o dólar não permitiria) tecnologias para se ter acesso às novas metodologias que permitem alavancar a eficiência das operações com menor custo e tempo. Neste cenário, ou buscamos a inovação para driblar o cenário político e econômico, ou vamos amargar e deixar de aproveitar as oportunidades do próximo ano.

Alexandre Gera é sócio-gestor da GERAVALOR, consultoria especializada em Inovação, Estratégias, Business

TGMB 067 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 09.171.254/0001-47 | NIRE 35231747534
Ata da Reunião Extraordinária de Sócios

Data, hora e local: Aos 16/12/2019, às 15:00 horas, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Aprovar a redução do capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos, passando de R\$ 21.489.908,00 para R\$ 19.789.876,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidar o Contrato Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Walter Roberto Plaza Junior, Secretário.

TGMB 05 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 08.845.717/0001-46 | NIRE 3523177854-7
Ata da Reunião Extraordinária de Sócios

Data, hora e local: Aos 17/12/2019, às 09:30 horas, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Redução do capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos, passando de R\$ 19.440.007,00 para R\$ 19.329.740,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidar o Contrato Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Walter Roberto Plaza Junior, Secretário.

TGMB 017 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 08.845.717/0001-46 | NIRE 3523177854-7
Ata da Reunião Extraordinária de Sócios

Data, hora e local: Aos 17/12/2019, às 10:00 horas, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Redução do capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos, passando de R\$ 22.858.863,00 para R\$ 19.329.740,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidar o Contrato Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Walter Roberto Plaza Junior, Secretário.

TGMB 053 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 09.041.503/0001-80 | NIRE 3523177854-5
Ata da Reunião Extraordinária de Sócios

Data, hora e local: Aos 17/12/2019, às 11:00 horas, na sede da Sociedade localizada em São Paulo/SP. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) Redução do capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos, passando de R\$ 7.198.418,00 para R\$ 5.721.709,00, de acordo com o inciso II do Artigo 1.082 da Lei nº 10.406/02. O montante total a ser restituído aos sócios será pago após o transcurso do prazo de oposição de credores, previsto no §2º do Artigo 1.084 do Código Civil; e (b) Consolidar o Contrato Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Walter Roberto Plaza Junior, Secretário.

DocuSigned por:
Diário Comercial
SELO DE AUTENTICIDADE
-24773F19FB54AE...

CAIXA-PRETA

Montezano diz que não há mais “eventos” a esclarecer

Presidente do BNDES ressalta a transparência do banco

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, afirmou ontem que não há mais “eventos” de operações do passado que requeiram esclarecimento por parte da instituição de fomento. O executivo fez o comentário ao fazer um balanço das cinco metas que colocou, em julho, quando assumiu o cargo, para os seis primeiros meses de gestão.

Uma das metas era “explicar a caixa-preta”. O BNDES ficou conhecido como “caixa-preta” pela suposta falta de transparência na prestação de informações.

“Entendemos que não há nenhum assunto a mais que precisemos intervir para informar”, afirmou Montezano, na apresentação do Plano Trienal 2020-2022 do BNDES, na sede do banco, no Rio. “Não há nada, nenhum evento a mais que requer esclarecimento”, completou, citando ações com a divulgação de um erro operacional num empréstimo com a JBS e anúncios de perdas em potencial com empréstimos ao exterior e ao grupo Odebrecht.

Questionado especificamente sobre a demanda comum entre os apoiadores do presidente da República, Jair Bolsonaro, por revelações de grandes casos de corrupção envolvendo o BNDES, Montezano frisou que o trabalho de ampliação da transparência é constante. O banco poderá fazer novas divulgações caso surjam novos fatos, disse ele.

O BNDES definirá o consórcio de bancos de investimento que trabalharão na megaoferta de ações da Petrobras em até uma semana, afirmou o diretor responsável pela área de mercado de capitais, Leonardo Cabral. Semana passada, o BNDES comunicou à Petrobras a intenção de vender até a totalidade de sua participação em ações ordinárias (ON, com voto) numa oferta secundária que deverá ser realizada até março.

Pelas cotações da última quinta-feira, o valor total da operação poderia chegar a R\$

24 bilhões, mas o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, afirmou que a comunicação à Petrobras não pode ser vista como qualquer indicação de volume a ser vendido ou de prazo para realização da operação.

“Não há qualquer indicação de volume ou prazo. Vai depender do apetite de mercado”, afirmou Montezano na apresentação do Plano Trienal 2020-2022.

Segundo o presidente do BNDES, se o mercado demonstrar apetite pela oferta de ações da Petrobras, a venda poderá ser mais rápida e maior. Se o mercado “pedir muito desconto” no preço da ação, a venda tende a ser desacelerada.

Montezano afirmou ainda que o BNDES esperou a oferta inicial de ações da petroleira estatal da Arábia Saudita, a Aramco, que movimentou em torno de US\$ 25 bilhões, antes de dar prosseguimento à oferta dos papéis da Petrobras que estão em sua carteira. “Não iríamos a mercado enquanto estivesse aquele elefante na estrada. Ficamos educadamente esperando”, afirmou Montezano.

A política de fortalecimento de grupos brasileiros, por meio de financiamento público via BNDES, que deu origem aos “campeões nacionais”, começou a ser desmontada oficialmente na terça-feira. Foi quando foi finalizada a venda de uma nova emissão de ações da Marfrig para que o banco de fomento pudesse vender a fatia de 34% que detinha no frigorífico.

Na última semana antes das festas de fim de ano que costumam paralisar o mercado financeiro, o BNDES colocou em seu caixa cerca de R\$ 2 bilhões com a venda dos papéis.

Para 2020, o movimento ganhará tração e a carteira de ações do banco, hoje de R\$ 120 bilhões, deve terminar o ano abaixo de R\$ 80 bilhões, conforme o cronograma que já circula no mercado. Essa é a promessa de Montezano, à frente do BNDES desde julho.

Para janeiro do ano que vem, também está engatilhada a venda de metade da

participação da instituição em outro campeão nacional: a JBS.

A operação também será feita via uma oferta de ações, e deve render mais de R\$ 8 bilhões ao BNDES. Logo depois, até março, está no cronograma venda de parte das ações ordinárias da Petrobras nas mãos do BNDES. O banco de fomento possui cerca de 19% das ações preferenciais e 10% das ordinárias (com direito a voto) da petroleira que, hoje, valem cerca de R\$ 56 bilhões. A participação, contudo, não deverá ser desfeita integralmente em 2020.

A segunda metade de sua participação de JBS ocorrerá ainda no ano que vem e a ideia é encerrar 2020, assim, sem nenhuma participação do frigorífico da família Batista. O BNDES possui cerca de 21% de participação na JBS.

No cronograma ainda para 2020, além de Petrobras e JBS, estão previstas as vendas das ações da siderúrgica Tupy e da empresa de energia Copel. Dentre outras gigantes que o BNDES possui participação estão, ainda, empresas como Embraer, Vale e Suzano.

O BNDES injetou quase R\$ 1 bilhão em capital na Marfrig entre 2007 e 2009 e ainda aceitou comprar mais R\$ 2,5 bilhões em títulos de dívida conversíveis em ações emitidas pelo frigorífico em julho de 2010 para financiar a compra da americana KeystoneFoods. Em 2017, os títulos foram convertidos em ações e o BNDES ampliou sua participação, encostando no fundador do frigorífico, Marcos Molina, que possui 36,43%.

A Marfrig confirmou o preço da ação no followon, com a saída do BNDES, a R\$ 10, apesar da tentativa de puxar o preço para R\$ 10,25. Em fato relevante na noite de terça, a Marfrig explicou que os recursos oriundos da oferta serão destinados para pré-pagamento de dívidas. O dinheiro deve ajudar no pagamento de seu aumento de participação na controlada norte-americana NationalBeef, anunciada recentemente, em um negócio de US\$ 860 milhões.

INDÚSTRIA 4.0

Crescem os pedidos de patentes de tecnologias na última década

O número de pedidos de patentes de tecnologias da Indústria 4.0 no Brasil tem aumentado ao longo da última década, de acordo com o levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em 2008, o Brasil registrou 1.202 depósitos de patentes de invenções relacionadas às tecnologias da Indústria 4.0, o que representa 5% do total de 23.170 pedidos feitos naquele ano. Já em 2017, o Brasil depositou 14.634 patentes relacionadas à Indústria 4.0, o que representa 57% do total de 25.658 depósitos no ano.

Para o gerente executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves, o crescimento no número de pedidos de patentes relacionadas à Indústria 4.0 reflete uma tendência mundial. “Para se tornarem líderes nessa corrida tecnológica, as empresas têm investido cada vez mais em pesquisa e desenvolvimento de tecnolo-

gias habilitadoras da indústria 4.0”, disse. Ele considera que o Brasil precisa acelerar o processo de implementação das tecnologias do setor.

No levantamento da CNI, as tecnologias dessa indústria foram divididas em três grupos: tecnologias centrais, habilitadoras e setores de aplicação. Somando os três grupos, foram depositadas 35.196 patentes no Brasil em 10 anos. A confederação mostra que os pedidos aumentaram de forma significativa nos últimos três anos do período analisado: quase 75% foram feitos entre 2015 e 2017.

As tecnologias centrais permitem transformar um produto em dispositivo inteligente conectado à internet. Elas incluem as tecnologias de hardware, de software e de conectividade. Já as tecnologias habilitadoras são aquelas construídas de forma complementar às centrais, incluindo inovações relacionadas à aná-

lise de dados, interface com o usuário, computação 3D, inteligência artificial, sistemas de localização, sistemas de energia e sistemas de segurança.

No terceiro grupo, de aplicação, estão as tecnologias destinadas aos usuários finais e incluem, por exemplo, artigos pessoais, como de monitoramento de saúde ou de entretenimento, e inovações para as residências, como sistemas de alarme, iluminação e aquecimento inteligentes. Na indústria, são tecnologias digitais que permitem aumento da produtividade e uma produção mais eficiente, explicou a CNI.

“Além do desenvolvimento de tecnologias da Indústria 4.0, temos no Brasil o desafio de adotá-las com rapidez, a fim de reduzirmos a diferença de produtividade existente entre o Brasil e seus principais competidores internacionais”, acrescentou Gonçalves.

EXPANSÃO

Vivara pretende abrir 50 lojas no próximo ano

A rede de joalherias Vivara ganhou os holofotes desde que abriu o capital, no início de outubro. A operação injetou R\$ 500 milhões na caixa da companhia, permitindo que ela acelerasse - e muito - seu ritmo de abertura de lojas. Só na quinta-feira da semana passada, abriu 4 pontos de venda, chegando a 31 inaugurações em 2019. Ao cumprir a meta de 2019, a companhia estabeleceu um alvo mais ousado para o ano que vem: abrir 50 unidades em todo o País.

A rede teve origem em 1962 na loja aberta pelo ourives romeno David Kaufman, no centro de São Paulo. O engenheiro civil Nelson, seu filho, chegou a criar uma pequena construtora, mas voltou para a empresa nos anos 80 e foi o responsável pela consolidação e expansão da marca pelo Brasil, na década seguinte. “Meu pai é meu mentor e foi o grande empreendedor da Vivara”, diz Marcio Kaufman, o neto, que entrou na rede aos 24 anos, em 2004, e comanda o negócio desde 2010. A família também é controladora da rede de lojas de móveis e decoração Etna.

Há pelo menos 15 anos, Marcio traçou a meta de ampliar o alcance das lojas, anteriormente dedicadas apenas ao nicho dos que podem pagar por joias de ouro. Aos poucos, a rede cresceu para produtos de prata, óculos, relógios, perfumes e acessórios de couro. Tudo embalado por uma marca aspiracional, nos moldes de Bulgari e Tiffany. Só que com preços adequados à realidade do brasileiro.

Para apoiar essa estratégia, a empresa quer fazer sua presença em shoppings saltar dos atuais 33% para 70% até 2024. “Falávamos havia pelo menos quatro anos dessa abertura de capital, para conseguirmos levar adiante a estratégia de expansão”, conta Marcio. “Temos testado nossa entrada em cidades e shoppings menores, com resultados promissores.”

A oferta inicial de ações da Vivara foi um sucesso entre as pessoas físicas, que têm buscado rentabilidade em ações e identificaram a marca conhecida. Pouco tempo após o lançamento dos papéis, analistas de mercado disseram gostar do projeto de crescimento, apesar de enxergarem entraves no caminho. Entre as vantagens está uma líder de mercado que pode ser um consolidador via crescimento orgânico ou aquisições.

Também há a verticalização da produção, concentrada em Manaus, e o portfólio variado. E ainda uma operação de comércio eletrônico com tendência de crescimento. Por isso, os analistas viram potencial de valorização dos papéis. Cotada no lançamento a R\$ 24, as ações teriam potencial de valorizar entre 23% a 25,4%, segundo diferentes casas.

“De maneira geral, gostamos de teses de varejistas com planos de expansão”, diz Thiago Macruz, analista do Itaú BBA. “A Vivara monta lojas simples e pequenas, com um investimento não muito alto, tem um tíquete médio (de gasto dos consumidores) maior do que as lojas de shopping em geral e, portanto, fácil de se pagar.”

O problema, escrevem diversos analistas, começa pelo fato de a marca não ter registros anteriores de uma expansão tão agressiva. Varejistas de outras áreas tentaram a mesma estratégia, sem sucesso. “A Restoque (dona da Le Lis Blanc) é um exemplo”, escreveu Joseph Giordano, analista do JP Morgan, em relatório. Os analistas mencionam o risco de que as joias já não são mais objeto de desejo do público jovem.

Para gerar recorrência de compra, a Vivara lança nada menos do que 30 coleções por ano, que chegam as lojas dois meses depois da criação do protótipo. “Não é uma prática comum no setor, que trabalha apenas com datas como Natal, Dia das Mães e dos Namorados”, afirma o presidente da joalheria.

PÁGINA CERTIFICADA
O Jornal DIÁRIO COMERCIAL
Garante a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
www.diariocomercial.com.br